

**CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – CORECON/ PR**

**23. PRÊMIO PARANÁ DE MONOGRAFIA**

**TÍTULO DA MONOGRAFIA: TRABALHO INFANTOJUVENIL NA**

**AGRICULTURA: Uma análise estatística comparando as mesorregiões paranaenses**

**PSEUDÔNIMO DO AUTOR: Zeus**

**CATEGORIA: ECONOMIA PARANAENSE**

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo realizar uma análise sobre o trabalho infantojuvenil na agricultura, comparando as mesorregiões paranaenses, utilizando como base de dados o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE. Para tanto, foi realizada uma análise estatística das características socioeconômicas destes trabalhadores, levando em consideração as variáveis: idade, sexo, área de residência, escolaridade, formalidade do trabalho, horas trabalhadas e faixa salarial. Os resultados apontam que 34,44% das crianças e adolescentes que trabalham no Paraná desempenham suas atividades no setor agrícola. Em relação ao sexo, nota-se predominância do sexo masculino, tanto de crianças com idade de 10 a 14 anos quanto de adolescentes de 15 a 17 anos. Observou-se também que a maioria desses trabalhadores rurais reside nas mesorregiões Sudeste, Centro Sul e Sudoeste. Outro fato evidenciado na pesquisa foi sobre o nível de escolaridade dessas crianças e adolescentes e constatou-se elevados percentuais de adolescentes de 15 a 17 anos, sem instrução ou apenas com o ensino fundamental incompleto, principalmente na mesorregião metropolitana de Curitiba e na mesorregião Centro Sul. Tal resultado sugere que existe uma maior evasão escolar entre os adolescentes que trabalham no setor agrícola. Muitas pesquisas tem se referido, às longas jornadas de trabalho a que são submetidas às crianças e adolescentes brasileiros, assim como informalidade no mercado de trabalho. Neste estudo, tal fato também foi confirmado, ou seja, há ainda um número expressivo de crianças e adolescentes inseridos no mercado de trabalho informal, com jornada semanal de 12 horas ou mais e sem remuneração salarial. Quando remunerados, os salários recebidos pelos adolescentes são superiores ao das crianças, mesmo assim, a grande maioria dos adolescentes recebe somente de ½ a 1 salário mínimo por mês. Com esses resultados conclui-se que o trabalho infantojuvenil no ramo de atividade agrícola está fortemente relacionado às condições socioeconômicas familiares a que as crianças e adolescentes estão inseridas. Fica evidente a importância da realização de mais estudos sobre o assunto e de se manter os programas e políticas públicas de monitoramento e redução do trabalho infantojuvenil no ramo de atividade agrícola.

**Palavras-chave:** Trabalho infantojuvenil. Agricultura. Mesorregiões paranaenses.

**LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1</b> - Mesorregiões Geográficas do Paraná .....	28
<b>Figura 2</b> - População de crianças e adolescentes do Estado do Paraná, segundo a faixa etária. ....	41
<b>Figura 3</b> - População de crianças e adolescentes no Estado do Paraná, segundo o fato de as mesmas trabalharem ou não .....	42
<b>Figura 4</b> - População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola do Estado do Paraná .....	43
<b>Figura 5</b> - População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola, segundo a mesorregião e a idade.....	44
<b>Figura 6</b> - População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola, segundo a mesorregião e o tipo de trabalho.....	45
<b>Figura 7</b> - População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola, segundo a mesorregião e a área de residência.....	47
<b>Figura 8</b> - População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola, segundo a mesorregião e o sexo.....	48

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola, segundo a mesorregião e o nível de instrução.....	49
<b>Tabela 2</b> - População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola, segundo a mesorregião e as horas trabalhadas.....	53
<b>Tabela 3</b> - População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola, segundo a mesorregião e a renda mensal.....	55

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTE/SIT/DSST	Ministério do Trabalho e Emprego/ Secretaria de Inspeção do Trabalho/ Departamento Segurança e Saúde do Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	07
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO: DEFINIÇÕES E ORIGENS DO TRABALHO INFANTIL</b> .....	09
<b>3 TRABALHO INFANTIL: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS</b> .....	15
<b>4 O TRABALHO INFANTOJUVENIL NA AGRICULTURA BRASILEIRA E PARANAENSE</b> .....	21
<b>5 O PARANÁ E SUAS MESORREGIÕES</b> .....	27
5.1 O ESTADO DO PARANÁ.....	27
5.2 AS MESORREGIÕES PARANAENSES.....	28
5.2.1 Mesorregião Noroeste Paranaense.....	29
5.2.2 Mesorregião Centro Ocidental Paranaense.....	29
5.2.3 Mesorregião Norte Central Paranaense.....	30
5.2.4 Mesorregião Norte Pioneiro Paranaense.....	31
5.2.5 Mesorregião Centro Oriental Paranaense.....	32
5.2.6 Mesorregião Oeste Paranaense.....	33
5.2.7 Mesorregião Sudoeste Paranaense.....	34
5.2.8 Mesorregião Centro Sul Paranaense.....	35
5.2.9 Mesorregião Sudeste Paranaense.....	36
5.2.10 Mesorregião Metropolitana de Curitiba.....	37
<b>6 METODOLOGIA E BASE DE DADOS</b> .....	39
6.1 METODOLOGIA.....	39
6.2 BASE DE DADOS.....	39
<b>7 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	41
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	58
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	61

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho infantojuvenil não é um problema recente e nem restrito ao Brasil. Há milhões de crianças e adolescentes trabalhando em todo o mundo, tanto em países ricos quanto em países pobres. Embora, os temas relacionados ao “trabalho infantil” tenham sido amplamente debatidos por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, durante o século XIX, ele adquire maior importância no século XX, mais especificamente a partir do ano de 1995, em decorrência do crescente interesse em assuntos relacionados com a redução da pobreza e seus impactos sobre o desenvolvimento socioeconômico de um país (KASSOUF, 2006).

O ressurgimento do tema dá-se também, e principalmente, pelo entendimento dos prejuízos que o trabalho infantil pode causar, não só para a criança trabalhadora como para a sociedade como um todo. Problemas relacionados com o abandono escolar, a renda (ou a falta de) e a saúde dos envolvidos, passaram a ser foco de discussões. Para muitos estudiosos o baixo nível educacional limita as oportunidades de uma boa educação, promove a inserção desses trabalhadores em empregos que não exigem qualificação, e com baixa remuneração. Além disso, outro efeito do trabalho realizado pela criança e adolescente é o impacto negativo em sua saúde, tanto na fase inicial da vida, quanto na fase adulta (KASSOUF, 2007).

Estudos tentam relacionar a problemática do trabalho infantil com o desenvolvimento socioeconômico do país, considerando principalmente as questões referentes aos prejuízos educacionais que podem prejudicar a inserção no mercado de trabalho, limitando a oportunidade de melhores empregos e melhor remuneração quando atingirem a vida adulta, podendo resultar em restrições ao desenvolvimento pessoal e também da região na qual ele está inserido (PONTILI, LOPES e SOUZA, 2011).

No Brasil, embora a maior parte da população e dos trabalhadores em geral se concentre nas áreas urbanas, o trabalho infantil ainda existe em grande proporção na área rural. No Paraná, assim como nos demais Estados brasileiros, também se verifica a incidência de trabalho de crianças e adolescentes em diversos ramos de atividade da economia, mas é o setor agrossilvopastoril, que concentra a maior proporção de mão-de-obra infantojuvenil (KASSOUF e SANTOS, 2010; IPARDES, 2007).

Ao considerar a divisão geográfica do Estado, que consiste em 10 mesorregiões subdivididas em 39 microrregiões, além de suas diferenças socioeconômicas, verificaram-se

padrões diferenciados diretamente ligados ao tipo de atividade exercido por crianças e adolescentes, de forma que as maiores proporções de crianças ocupadas encontram-se nas microrregiões onde prevalecem as atividades ligadas ao setor rural (IPARDES, 2007).

Com base na importância e relevância do assunto, o presente estudo tem o objetivo de identificar e analisar as informações sobre o trabalho infantojuvenil no ramo de atividade agrícola no Estado do Paraná, considerando o perfil dos trabalhadores de acordo com as mesorregiões geográficas em que estão inseridos, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010, implementado e disseminado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Muitos pesquisadores tem confirmado a tese de que as crianças e adolescentes que trabalham, acabam por sacrificar seus estudos, muitas vezes pelo cansaço físico, decorrente da atividade que desempenha, além do que, a maioria destas, realizada suas tarefas sem remuneração ou baixos salários. Assim, este estudo tem como hipótese de que, no Estado do Paraná, está realidade não será diferente, ou seja, acredita-se que os resultados mostrarão um grande percentual de crianças e adolescentes foram da escola ou com baixíssimo nível educacional, trabalhando, muitas vezes sem nenhuma renda.

Para atingir o objetivo proposto neste estudo, optou-se por dividi-lo em 8 capítulos, incluindo essa introdução. Assim, no capítulo 2 apresenta-se o referencial teórico no qual se dá ênfase nas definições e as origens do trabalho infantojuvenil. Uma discussão sobre as causas e consequências do trabalho de crianças e adolescente é apresentada no capítulo 3. No capítulo 4 apresenta-se uma discussão sobre o trabalho infantil agrícola, no Brasil e no Estado do Paraná. No capítulo 5 apresentam-se algumas características do Estado do Paraná e suas mesorregiões geográficas. No capítulo 6 é apresentada a metodologia bem como a fonte dos dados. Os resultados e discussões são apresentados no capítulo 7, seguido das considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO: DEFINIÇÕES E ORIGENS DO TRABALHO INFANTIL**

Trabalho infantojuvenil é entendido como o trabalho exercido por crianças e adolescentes e têm sido assunto de diversas pesquisas que comprovam os impactos negativos na vida da criança ou adolescente, tanto na fase adulta como também sobre o desenvolvimento do país. Entretanto, as discussões chamam a atenção para os efeitos prejudiciais do trabalho precoce e seus reflexos sobre o nível de escolaridade da criança que pode ter seu aprendizado afetado, o que pode gerar evasão escolar, com isso menor acúmulo de capital humano, e o pior status de saúde se comparadas a crianças que começaram a trabalhar em idades mais avançadas. Além disso, a dedicação ao trabalho reduz as oportunidades de conseguir um melhor emprego e com isso aumentar seu nível de renda e desenvolvimento pessoal, mesmo na fase adulta. (KASSOUF e PONTILI, 2004)

De modo geral, ao iniciar a discussão sobre o trabalho infantil, torna-se necessário estabelecer algumas definições. Isto porque, conceituar trabalho infantil não é tarefa tão simples quanto parece, pois a própria definição de criança difere de um país para outro, estando ora relacionado à idade cronológica, a fatores sociais e culturais, assim como a idéia relacionada ao trabalho. Além disso, as legislações que proíbem o trabalho infantil também variam de um país para o outro (KASSOUF, 2002).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2001) considera-se criança ou adolescente, todas as pessoas com menos de 18 anos. A OIT considera criança as pessoas com menos de 15 anos de idade, limite internacionalmente estabelecido para o ingresso no mercado de trabalho; e adolescente os indivíduos que possuem entre 15 a 17 anos.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas de 1990, criança é definida como todo ser humano com menos de 18 anos, salvo nos termos legais da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo (Convenção da ONU, 1989 Art. 1). No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), define a criança como uma pessoa que ainda não completou 12 anos de idade, e adolescente tem idade entre 12 e 18 anos (BRASIL, 1990; Capítulo I, Artigo 2).

É importante também diferenciar quando uma atividade caracteriza trabalho infantil ou exploração da mão-de-obra infantil. Atividades como ajudar nos afazeres domésticos, no campo, na loja, entre outras são considerados trabalho infantil, mas não exploração da mão-de-obra infantil. A exploração ocorre quando a atividade realizada ocorre de forma regular, gerando ou não renda para seu sustento e de sua família, além de consequências nocivas para a criança. Assim, o termo trabalho infantil diz respeito ao conceito de exploração de mão-de-obra que acarreta consequências negativas para as crianças, principalmente, os prejuízos relacionados a vida escolar, ao reflexo sobre a saúde e o desenvolvimento da mesma. Desse modo, toda atividade que explora nocivamente a mão-de-obra de crianças e adolescentes pode ser considerada exploração da mão-de-obra infantil (PERES e BENEDICTO, 2003; NICOLELLA, 2006; KASSOUF *et al.*, 2004b).

A definição de trabalho infantil também pode ser feita em termos de legislação ou normas nacionais e internacionais. Para a OIT, trabalho infantil é definido como toda atividade econômica desempenhada por uma pessoa com menos de 15 anos de idade, que ocupa pelos menos uma hora semanal, independente da situação de trabalho, seja ela assalariado, autônomo, familiar, não remunerado, etc. Entretanto, para trabalhos perigosos que por sua natureza possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem, a idade mínima é de 18 anos (OIT, 2012; OIT, 2001).

A legislação brasileira que trata do trabalho infantil estabelece em 16 anos a idade mínima para ingresso ao trabalho, com exceção na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. O trabalho noturno e perigoso à saúde é proibido às crianças menores de 18 anos por ser prejudicial ao desenvolvimento humano (BRASIL, 2004).

De acordo com a OIT (2001, p. 13) “trabalho infantil é aquele realizado por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação em vigor no país”.

Para a comunidade internacional a expressão “trabalho infantil” engloba a maioria das atividades dos trabalhos desempenhados por crianças e adolescentes com menos de 18 anos. Excluem-se apenas as pequenas atividades desempenhadas em sua casa ou na escola. Desse modo, a definição de trabalho infantil está relacionada à idade da criança, à jornada de trabalho e ao tipo de atividade a que ela está submetida. (OIT, 2006).

O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004) refere-se ao trabalho infantil “como sendo aquelas atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, com ou sem

remuneração, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos” (BRASIL, 2004, p. 9).

O termo “trabalho infantil” refere-se a crianças que trabalham para produzir um bem ou um serviço que pode ser vendido por dinheiro no mercado de trabalho, independentemente de serem ou não são pagos pelo seu trabalho (TUTTLE, 1999). Nesse sentido:

O trabalho infantil, entendido como o trabalho realizado por crianças com idade inferior ou igual a 14 anos, ocorre tanto mais freqüente quanto mais baixo for o nível de renda da família a que a criança pertence, quanto menor o nível educacional dos pais, quanto maior o tamanho da família, quanto maior a instabilidade do emprego dos outros membros familiares, entre outros fatores (OLIVEIRA, 2004, p. 18).

Em relação às origens do trabalho infantil, trata-se de um fato comum na evolução histórica da humanidade. Até a revolução industrial, no século XIX, o trabalho era realizado principalmente pelo homem por causa da necessidade da força bruta. Após a Revolução Industrial, o trabalho infantil ganhou mais evidência, período em que foi introduzida a divisão do trabalho que propiciou à utilização intensa de crianças para trabalharem nas fábricas. A partir daí, a produção que era tipicamente artesanal e domiciliar deu lugar para a fábrica, em que as máquinas determinavam as condições, disciplina, horários e o ritmo de produção (OIT, 2003b; IANNONE, 1992). Com a revolução:

A introdução de máquinas no processo produtivo possibilita ao capital, entre outras coisas, a utilização intensa do trabalho de crianças e adolescentes de uma maneira diferente do que ocorria nas sociedades anteriores. As máquinas passaram a ser alimentadas também por crianças e adolescentes: o trabalho humano se dividiu e foi reduzido à tarefa de alimentar autômatos (SILVA, 1999, p. 2).

De acordo com Iannone (1992) durante o período da Revolução Industrial houve aumento na oferta de emprego nas fábricas, como resposta a expansão da atividade industrial. Entretanto, quando a procura por mão-de-obra inexistia, devido aos excedentes de mão-de-obra, excesso de produção e rebaixamento da remuneração, sobrevinha o desemprego e, em consequência, a miséria. Na indústria, os avanços tecnológicos possibilitaram a substituição do trabalho masculino pelo feminino, e o aumento do trabalho das crianças e adolescentes. Com o crescimento populacional nos grandes centros, as condições de moradia se tornaram precárias e de baixa qualidade, a exploração atingiu níveis elevados, e não havia nenhuma assistência, direitos ou benefícios. Quanto às condições dentro das fábricas, era comum

obrigarem operários, inclusive mulheres e crianças a trabalharem por mais de 15 horas diárias, sem direitos a benefícios ou assistência. Acidentes eram frequentes, a alimentação era muitas vezes insuficiente e erros ou faltas eram severamente punidos.

Além disso, as rendas geradas pelo trabalho das crianças mal davam para suprir a alimentação de uma única pessoa. A situação de injustiça, exploração do trabalho humano, a contratação de crianças, os baixos salários pagos a estas, caracterizavam-se em meios utilizados pelos grandes industriais para aumentar seus lucros (COTRIM, 1997).

Outro agravante verificado nos tempos da Revolução Industrial acontecia com as crianças, quando essas sujeitavam-se a retirar resíduos das máquinas. Dentre todos os riscos que essas crianças corriam, elas estavam sujeitas a mutilações, danos físicos e psicológicos. Além disso, trabalhavam até 15 horas por dia, tinham entre 6 a 14 anos em meio às péssimas condições de exploração, e sem a presença de uma regulamentação para exercer o trabalho (CARCERES e PEDRO, 1976 *apud* PONTILI, SOUZA e ESTANISLAU, 2009).

Conforme Cotrim (1997, p. 261) “com o tempo, o movimento operário evoluiu para a luta contra o sistema de injustiças gerado pela exploração do capitalismo industrial. Surgiram, então, movimentos operários que lutavam por melhores condições de trabalho, salários etc”. Em 1830 a 1840 houve uma intensa agitação operária pela melhoria das condições de trabalho e redução da jornada de trabalho, tanto dos adultos quanto das crianças (OIT, 2001).

O progresso econômico, científico e tecnológico experimentado pela sociedade capitalista durante a revolução industrial, as transformações ocorridas no processo produtivo favoreceram a exploração do trabalho humano e, por consequência, o trabalho de crianças e adolescentes se intensificaram (SILVA, 1999).

No Brasil, o trabalho infantil é um fenômeno social presente ao longo de toda sua história. Suas origens remontam a colonização portuguesa e a implantação do regime escravagista, no qual crianças indígenas e negras foram os primeiros a sofrerem com a prática do trabalho infantil. Os primeiros relatos do trabalho infantil no Brasil ocorreram na época da escravidão, persistiu por mais de três séculos, tempo em que permaneceu constante a reafirmação da mentalidade escravista, sobretudo através do trabalho, adulto e infantil (BRASIL, 2004; OIT, 2001).

A colonização portuguesa, no século XVI, levou ao trabalho não só os adultos indígenas, mas também as crianças indígenas. Nesse período, com a chegada dos colonizadores, o trabalho das crianças indígenas deixa de ser um ensinamento dos aspectos da vida, tanto práticos quanto simbólicos, a qual era essencial no processo de inclusão da criança

no mundo dos adultos. Os nativos, de um modo geral, trabalhavam em troca de pequenos presentes que recebiam dos colonizadores, mas logo se mostraram insatisfeitos e cansados começaram a abandonar os locais de trabalho. Em consequência, sofreram com a implantação de mecanismos de vigilância e de repressão (OIT, 2003a).

Tal situação trouxe ao cenário brasileiro a figura do escravo negro, personagem tido como representante da exploração do trabalho. Durante o período de 1550 a 1850, cerca de 3 milhões de negros foram trazidos como escravos para o Brasil, sendo muitos deles crianças e adolescentes. Se entre as atividades do trabalho escravo adulto explorar era fácil e lucrativo, as crianças o eram ainda mais, ocupavam menos espaço nas embarcações, necessitavam menos água e alimentos, brigavam menos e com sorte teriam alguns anos a mais de vida útil ao trabalho até sofrerem maus tratos e ficarem doentes (OIT, 2003a).

A história da industrialização do Brasil foi feita, em parte, com o esforço e o ingresso de grandes contingentes de crianças no sistema produtivo no final do século XIX e início do século XX (BRASIL, 2011). Em 1890, do total de empregados em estabelecimentos industriais de São Paulo, 15% era formado por crianças e adolescentes. Em 1920, cerca de 40% dos trabalhadores do setor têxtil eram crianças e jovens (OIT, 2001). Nesse contexto pode se dizer que:

A história da industrialização no Brasil mostra que esta evoluiu em paralelo com o trabalho infantil. Apesar de as mudanças estruturais na economia nos tempos modernos, o trabalho infantil continuou a ser um aspecto importante do mercado de trabalho, parecendo ter até se intensificado nos anos 80. Isso se deveu também às elevadas taxas de crescimento populacional o que levou a faixa etária de 5 a 17 anos a constituir 29 por cento da população em 1992 (OIT, 2006, p 23).

Além disso, mesmo com o posterior processo de industrialização, a participação das crianças nos processos produtivos se manteve praticamente intactas quando comparada ao período escravagista. Isto porque, a estrutura econômica brasileira de produção e distribuição de riqueza era fundamentada na desigualdade social (BRASIL, 2004).

Diante do exposto, é possível perceber que a exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes é um problema social presente na história da humanidade, desde a Revolução Industrial e, até mesmo antes dela. No caso do Brasil, o fenômeno do trabalho infantil encontra suas raízes e características na própria história país. Na medida em que a economia se diversificava, abrindo espaços nos mais diversos setores produtivos, as crianças foram ocupando mais espaços de trabalho, ou seja, crianças e adolescentes brasileiros enfrentam a

dura realidade do trabalho precoce. Sendo muitas vezes, para superar a miséria e garantir sua subsistência, crianças oriundas de famílias pobres entram cada vez mais cedo no mercado de trabalho, mesmo em precárias condições e com remunerações irrelevantes. Fica evidente, que a Revolução Industrial, o processo de Colonização Portuguesa, a Implantação do Regime Escravagista, o período de industrialização do Brasil, tenham sido os momentos da história das crianças e adolescentes quando se tornaram mais exploradas (OIT, 2001; OIT, 2003a; OIT, 2003b).

### 3 TRABALHO INFANTIL: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Muitos pesquisadores têm procurado encontrar explicações para a inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Entretanto, há um consenso entre os especialistas sobre o assunto de que não existe apenas uma causa para o trabalho infantil, mas sim uma combinação de fatores, que vão desde o acesso às escolas ao tamanho da família e da sua renda. A final, quais seriam as principais causas que levam ao emprego de jovens e crianças.

A OIT (2006, p. 55) enfatiza que o “conhecimento das causas do trabalho infantil torna-se mais sofisticado à medida que diferentes perspectivas acadêmicas se têm debruçado sobre o tema”. Desse modo, a pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, o sexo do chefe, idade em que os pais começaram a trabalhar, local de residência, entre outros são os determinantes mais analisados e dos mais importantes para explicar a alocação do tempo da criança para o trabalho.

Conforme Oliveira (2004):

Há indícios da existência de ligação entre o trabalho infantil, a pobreza das famílias e ao nível educacional dos pais. Famílias pobres não conseguem sobreviver somente com os salários dos pais, pois esses rendimentos normalmente são baixos devido ao fato de apresentarem baixo nível de capital humano acumulado, portanto essas famílias necessitam de um rendimento extra. Frequentemente, tal rendimento é obtido por meio do emprego de crianças no mercado de trabalho, que objetiva tanto ajudar na sobrevivência de toda a família quanto na prevenção contra futuras perdas de rendimento (OLIVEIRA, 2004, p. 03).

De acordo com a OIT (2006), a pobreza e os choques econômicos têm um papel importante na determinação do mercado de trabalho infantil, que por sua vez, contribui para a perpetuação da pobreza. Dados do “Banco Mundial no Brasil mostram que a inserção precoce no mercado de trabalho reduz os ganhos ao longo da vida em cerca de 13% a 20%, aumentando significativamente a probabilidade de ser mais pobre no futuro” (OIT, 2006, p.55).

A OIT (2006) relatou que o economista Kaushik Basu (2003), utilizou em seu trabalho o conceito de equilíbrios múltiplos para demonstrar como as sociedades podem ser apanhadas num círculo vicioso de pobreza. Numa situação de pobreza em massa, se o trabalho infantil fizer parte das estratégias de sobrevivência das famílias pobres, isto poderá reduzir os salários, convencendo ainda mais as famílias de que os seus filhos devem trabalhar ao invés de ir à

escola. Além disso, à medida que as crianças trabalhadoras chegam à idade adulta, é cada vez mais provável que coloquem seus filhos para trabalhar em vez de mandá-los à escola. Tem-se, então que numa sociedade marcada por um equilíbrio elevado de trabalho infantil, as famílias e toda a sociedade podem ser apanhadas num círculo vicioso de pobreza.

De acordo com Lima (2002), pesquisas realizadas no Brasil e no mundo comprovam que o trabalho precoce ocorre em diversos países do mundo, inclusive no Brasil, por diferentes razões, sendo um desses motivos a concentração de renda nas mãos de poucas pessoas e da pobreza que dela resulta, além da necessidade de complementar a renda familiar, que constitui um importante e frequente fator. Schwartzman (2001) relata que boa parte do trabalho realizado por crianças e adolescentes no Brasil está associada à condição de pobreza das famílias.

Um estudo na tentativa de entender os fatores que levam à incorporação do trabalho infantojuvenil ao mercado de trabalho, baseado em pesquisa feita por Cervini e Burger (1991) *apud* Silva (1999), duas ordens de macrofatores se destacam. Primeiro à pobreza, que obriga as famílias a incluírem seus filhos menores de idade no mercado de trabalho. Em segundo, a estrutura do mercado de trabalho oferece espaços apropriados à incorporação deste contingente.

Almeida e Lopez (2011) relatam que a pobreza é apontada por muitos estudiosos como o principal motivo da inserção precoce do mercado de trabalho. Para Satyarthi (2006) existe uma relação triangular de causa e consequência. Em uma das pontas está a pobreza; na outra, o analfabetismo; e, na terceira, o trabalho infantil. O autor, afirma que a pobreza está na origem do trabalho infantil. Mas o trabalho infantil também gera pobreza, pois as crianças que trabalham continuam pobres e quando adultos também irão colocar seus filhos para trabalhar e perpetuar este ciclo de pobreza. O mesmo fato se repete com a educação, pois ao observar a pobreza e o analfabetismo, vê-se que não é a pobreza que gera o analfabetismo, mas existe sim uma relação na qual um fenômeno se agrava e dá continuidade ao outro.

De acordo com a Nota Técnica à Portaria MTE/SIT/DSST (2000), a sociedade brasileira tem duas visões em relação ao trabalho infantil: a) o trabalho como alternativa benéfica contra a marginalidade, entre outras atividades ilícitas, ou seja, o trabalho adiantaria um aprendizado que envolve responsabilidade disciplina e socialização. No entanto, este pensamento não leva em conta os aspectos negativos que marcam a infância e a adolescência; b) há uma contraposição entre o trabalho à educação, uma vez que o trabalho apresenta riscos, entre eles, à educação que na maioria das vezes é deixada em segundo plano, isso quando não

é abandonada. Dada a grande importância que a educação possui nos dias de hoje, uma vez que os altos índices de desemprego são compostos por mão-de-obra desqualificada, a qual vem sendo excluída a cada dia.

Schwartzman (2001) expõe que por muito tempo, no Brasil, o trabalho infantil tem sido encarado ora como consequência da pobreza, ora como solução para amenizar seus efeitos. A sociedade concordava ou aceitava que o ideal para as crianças e adolescentes das camadas sociais mais pobres seria aprender uma profissão o quanto antes. Deste modo, ao ingressar precocemente no mercado de trabalho, a criança passaria a contribuir para a renda familiar e evitaria a possibilidade de ingresso na marginalidade. Ainda para o autor, a prática do trabalho infantil é um fenômeno antigo, que se encontra enraizado com uma série de valores culturais bastante rígidos.

Além disso, Schwartzman (2001) ratifica este pensamento ao assegurar que grande parte do trabalho infantojuvenil no Brasil está fortemente ligada às condições de renda de sua família, uma vez que a contribuição para a renda familiar pode ser de extrema importância a sobrevivência das mesmas.

GONÇALVES (1997) afirma que a pobreza é à base do processo de exploração da criança, principalmente em trabalhos perigosos e debilitantes. No entanto, a pobreza por si só, não explica a grandeza do trabalho precoce no país, indicando a existência de outras causas que levam à inclusão de crianças ao trabalho, como um sistema de educação ineficiente e inadequado, tradições e padrão social, falta de legislação e fiscalização, perfil do mercado de trabalho, tipos de arranjos familiares.

Apesar de existirem muitos estudos na literatura sobre as causas do trabalho infantil, existem poucos estudos sobre as consequências socioeconômicas do trabalho de crianças e adolescentes (KASSOUF, 2006). De acordo com Lopes, Souza e Pontili (2008), existe uma preocupação em relação aos efeitos nocivos do trabalho infantil. O problema tem sido assunto de diversos especialistas que estão aprofundando as discussões acerca dos motivos pelos quais as crianças foram inseridas precocemente no mercado de trabalho, pois esse fator não afeta somente a vida das crianças, mas acima de tudo a sociedade em geral. Os principais danos, apontados em discussões sobre o tema, são sobre a educação, o salário e a saúde dos indivíduos.

Silva (1999) ao analisar as causas da utilização do trabalho infantojuvenil na sociedade capitalista relata que as contradições do sistema capitalista geram um processo de desigualdade social e econômica, o que no Brasil, se caracteriza por uma divisão estrutural e

desumana, ou seja, o trabalho infantojuvenil seria o resultado da desigualdade social. Para o autor, na maioria das vezes, o trabalho infantojuvenil acontece de forma semiescrava, contribuindo para o funcionamento, manutenção e reprodução do sistema capitalista. Nota-se ainda, que as crianças e adolescentes submetidos a uma situação de exploração estabelecem uma ligação entre pobreza, exploração precoce e evasão escolar.

Muitas atividades realizadas pela criança e adolescente são prejudiciais para o seu desenvolvimento físico, causando deformações corporais e diminuição do crescimento. As consequências para o desenvolvimento são muito ruins, além disso, a imaturidade e a distração da criança e do adolescente os fazem mais propensos aos acidentes de trabalho se comparado a um adulto (SILVA, 1999).

Antuniassi (1983), no estudo sobre o trabalho infantil e escolarização do meio rural do Estado de São Paulo, observou que a incorporação precoce à atividade de trabalho tem consequência bastante negativa em relação à escolarização do trabalhador rural, como a evasão e a repetência escolar. A autora, ao analisar os dados sobre trabalho e escolarização, verificou que entre os alunos das escolas pesquisadas, o número de trabalhadores aumenta com a idade, ou seja, o trabalho está negativamente associado ao sucesso na vida escolar. Isto porque, a criança que trabalha está mais sujeita ao afastamento prematuro das atividades escolares ou a uma escolarização básica precária em relação às demais.

Basu e Tzannatos (2003) *apud* Lopes e Pontili (2010), afirmam que crianças trabalhadoras acumulam menos capital humano, uma vez que a dedicação diária ao trabalho reduz as oportunidades de ingresso na vida escolar.

Há evidências de que o trabalho precoce afeta a frequência escolar. De fato, o trabalho infantil reduz, pelo cansaço, a capacidade de concentração das crianças e, ao submeter a sua saúde a riscos e abusos, provoca baixos índices de frequência escolar e altos índices de repetência. Em última instância, especialmente se a qualidade da educação for precária, o trabalho conduz a criança ao desestímulo e à evasão escolar (OIT, 2003, p.134).

Para Galli (2001) *apud* Kassouf e Pontili (2004), a criança ao desempenhar atividades que poderiam ser feitas por adultos, podem causar impacto negativo sobre o salário e emprego dos adultos. Além disso, o menor acúmulo de capital humano, as perdas econômicas provocadas pelos gastos com saúde precária e outros fatores negativos associados à incidência de trabalho infantil, o que pode até mesmo afetar o crescimento econômico de um país em longo prazo.

Em relação ao ambiente e as condições de trabalho de crianças e adolescentes o MTE/SIT/DSST (2000), as empresas que contratam crianças e adolescentes deixando disponíveis equipamentos e produtos perigosos, condições insalubres de trabalho com grande quantidade de agentes físicos, químicos, biológicos, além de não disporem de condições de organização do trabalho adequadas à execução de tarefas de forma segura e saudável. Como consequência, estão expostos a excessiva carga física e psíquica, expondo-os a doenças, acidentes de trabalho, deformidades físicas, envelhecimento precoce, retardo no crescimento e desenvolvimento psicológico, abandono da escola e baixa qualificação profissional.

Kassouf (2000), analisando o efeito do trabalho infantil para os rendimentos e a saúde dos adultos, expõe que a exploração das crianças em atividades perigosas e em condições inadequadas resulta na perda da infância e reduz a oportunidade de uma boa educação. Diz Kassouf (2000, p.1) “que crianças trabalhadoras têm menor oportunidade de frequentar uma escola regularmente.” Para a autora, a baixa formação escolar limita as oportunidades de emprego, pois os indivíduos são condicionados a ocuparem postos de trabalho que não exigem qualificação e com baixa remuneração. Desse modo, além do trabalho infantil poder causar redução no rendimento, também poderá afetar a saúde em uma fase adulta da vida.

Kassouf (2000) ainda comenta que começar a trabalhar precocemente prejudica a saúde na fase adulta. Fatores que podem explicar este resultado são: o tipo de trabalho, atividades que podem causar danos físicos e psicológicos às crianças, a dificuldade aprendizagem escolar devido ao tempo despendido com o trabalho, e ao baixo nível de saúde e educação dos pais.

Kassouf (2002) verificou que os adultos que começaram a trabalhar muito cedo, têm sua renda prejudicada pelo fato de terem se inserido precocemente no mercado de trabalho, pois atividades que não exigem conhecimentos ou habilidades, conseqüentemente limitam suas oportunidades, inclusive de melhores salários. Para a autora, o baixo nível educacional das crianças promove a inserção desses trabalhadores no mercado informal, sem carteira assinada, recebendo baixos salários comparados ao do mercado formal e em condições de trabalho impróprias para crianças.

Nicolella (2006) realizou um estudo com o objetivo de verificar se existe impacto do trabalho infantil na saúde da criança, utilizando informações para os anos de 1998 e 2003, que trazem o suplemento especial sobre saúde. O autor observou que o fato de a criança exercer qualquer atividade laboral impacta negativamente sua saúde, pois quanto maior o número de horas trabalhadas, pior é o status de saúde da criança. Além disso, possuem reduzida

capacidade de aprendizado e menor grau de aproveitamento das experiências do trabalho. O autor ainda verificou a formação de um ciclo vicioso, no qual baixo capital saúde implica em baixos salários, reduzida capacidade de aprendizado, baixo aproveitamento e conseqüentemente, baixo capital humano e capital saúde. Desse modo, crianças e adolescentes ao atingirem a idade adulta não terão escolha, provavelmente colocarão suas crianças para trabalhar e assim perpetuarão o ciclo.

Dado que o trabalho infantil tem, reconhecidamente, diversos efeitos prejudiciais sobre o desenvolvimento das crianças. Principalmente, no que diz respeito à entrada tardia na escola, a evasão escolar, ao menor nível de renda futuro e, o pior status de saúde em função do trabalho realizado. Por fim, considera-se que o trabalho infantil constitui-se num obstáculo ao desenvolvimento das crianças, resultando em redução de suas expectativas futuras.

#### **4 O TRABALHO INFANTOJUVENIL NA AGRICULTURA BRASILEIRA E PARANAENSE**

Atualmente o Brasil pode ser considerado um país urbano, diferente da década de 1950 em que a maior parte da população vivia na área rural. A partir de 1950 a taxa de urbanização aumentou consideravelmente. Em 2000 mais de 80% da população brasileira vivia na área urbana. Apesar da maior parte da população e dos empregos em geral se concentrarem nas áreas urbanas, o trabalho infantil ainda tem grande proporção na área rural (KASSOUF e SANTOS, 2010).

De acordo com vários estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, constatam que a incidência de trabalho infantil vem diminuindo, ao longo dos anos. No entanto ainda existem grandes contrastes regionais, em decorrência das desigualdades sociais e econômicas.

Um estudo realizado por Kassouf *et al* (2004b), indica que existem cerca de 3 milhões de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, em um total de 36 milhões no Brasil, o que representa 8,5% dos indivíduos nessa faixa etária. Entre aqueles que têm 16 e 17 anos, 2,4 milhões são trabalhadores e representam 35% do total de jovens nessa idade. A autora destaca ainda que as maiores proporções de crianças de 5 a 15 anos trabalhando na agricultura estão principalmente na Região Nordeste por esta ser relativamente uma região pobre e apresentar a maior porcentagem, 13%; na Região Sul esta proporção é de 10%, região em que a agricultura familiar tem forte presença. Na Região Sudeste, a mais rica do Brasil, encontra-se a menor porcentagem observada, apenas 5%. Os dados da Região Norte não incluem as áreas rurais.

Em outro estudo, realizado por Kassouf e Ferro (2004b), as autoras verificaram que entre os diferentes ramos de atividade, o ramo agrícola é considerado um grande empregador da mão-de-obra infantil, tanto para meninos quanto para meninas, sendo os meninos a sua maior proporção. Em 2001 mais da metade das crianças na faixa etária entre 5 a 15 anos de idade que trabalhavam no Brasil desenvolviam suas atividades no ramo agrícola, sendo em sua maioria meninos, quase 60% dos meninos e 43% das meninas que realizavam algum tipo de trabalho infantil trabalhavam na agricultura. Até os 10 anos de idade, a grande maioria das crianças que desenvolvem algum tipo de trabalho infantil está trabalhando na agricultura (próximo a 80% dos meninos e mais de 70% das meninas). A proporção de adolescentes entre

14 e 15 anos trabalhando no ramo agrícola é bem inferior, principalmente para as meninas (30%) quando comparada aos meninos (50%).

Kassouf e Vasconcellos (2004) reforçam a tese de que a grande maioria das crianças que moram na área rural trabalha no ramo agrícola, enquanto as crianças que moram na área urbana dividem-se entre trabalhos no comércio e serviços, apesar de também trabalharem no ramo agrícola. O trabalho infantil concentra-se em sua maioria no ramo agrícola, sendo cerca de mais de 60% das crianças nas regiões Sul e Nordeste. As autoras confirmaram que há maior concentração de trabalho infantil no ramo agrícola mostrando também que a distribuição de idades dentro do ramo agrícola está mais concentrada em crianças mais jovens, de 5 a 9 anos de idade.

Tal fato também foi confirmado por Schwartzman (2004) onde o autor destaca que o trabalho infantil ocorre mais frequentemente nos grupos de idade acima dos 14 anos e muda de característica conforme a idade e que as crianças e adolescentes de 10 a 14 anos trabalham, sobretudo, em atividades na área rural. Na medida em que a idade aumenta, o trabalho agrícola diminui e a atividade urbana como a de serviços passa a prevalecer. O autor ainda observou que nas regiões Sul e Nordeste, predominam o trabalho agrícola, e, nas regiões Sudeste e Norte urbano, predominam as atividades de comércio e serviços. Esses dados confirmam a idéia de que a principal concentração de trabalho de crianças e adolescentes no Brasil encontra-se nas zonas rurais das regiões Sul e Nordeste.

Para Schwartzman (2001), na Região Sul, a atividade agrícola dos pais determina mais fortemente a atividade dos filhos. Como a renda familiar na área rural da Região Sul corresponde ao dobro da renda em comparação com a Região Nordeste, fica claro que existem diferenças sociais e culturais importantes que explicam esse padrão de trabalho de crianças e adolescentes, que não é consequência exclusiva da pobreza, podendo estar associado a uma tradição específica de trabalho familiar.

Segundo o Ministério Relações Exteriores (MRE, 2003) existe um aspecto cultural relacionado ao trabalho infantil na agricultura, no qual a população rural considera aceitável que o trabalho deve fazer parte do processo de formação das crianças e adolescentes. Embora esta concepção venha mudando à medida que o estudo passa a ser mais valorizado, a educação formal ainda é considerada tão importante quanto à educação no trabalho para muitos grupos no meio rural. Entretanto, na agricultura as condições de trabalho infantil são precárias e envolve desde o trabalho não remunerado ao pagamento de baixos salários,

manuseio de ferramentas cortantes, produtos tóxicos, exposição a agrotóxicos, carregamento de fardos pesados, longas jornadas de trabalho e impossibilidade de frequência a escola.

Kassouf e Ferro (2004a, p.3) destacaram sobre o perigo enfrentado pelas crianças e adolescentes afirmando que:

A agropecuária é considerada uma atividade perigosa por expor os trabalhadores às ferramentas e máquinas como serras, motores tratores etc., que podem cortar e até mesmo amputar membros, além da exposição a produtos químicos como agrotóxicos e herbicidas, que podem causar lesões na pele, problemas respiratórios, e irritação nos olhos, entre outros. A preparação do solo, plantio, colheita, o trato dos animais etc., também exige grande esforço físico e exposição às intempéries climáticas.

Além de o trabalho infantojuvenil na agricultura ser perigoso, há uma grande porcentagem de crianças que não são pagas trabalhando, produzindo para próprio consumo ou para próprio uso, principalmente no meio rural. A maioria das crianças que trabalham no ramo agrícola trabalha sem remuneração. Os rendimentos ganho pela maioria das crianças são baixos, com a grande maioria recebendo  $\frac{1}{2}$  salário mínimo ou menos por mês. Entretanto, como a renda familiar em domicílios com crianças trabalhando é em geral muito baixa, a contribuição do rendimento das crianças para a renda da família mostra-se relativamente importante. No caso das crianças, em 47% das famílias rurais, a contribuição das crianças para a renda familiar é de mais de 20% e, em mais de 12% das famílias, ultrapassa os 40%. Entre os adolescentes, mais da metade contribui com 20% ou mais da renda familiar e, em cerca de 18% das famílias, a contribuição passa dos 40%, tanto na área urbana quanto no meio rural (KASSOUF *et al.*, 2004a).

Apesar de a grande maioria das crianças receberem no máximo  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, quando remuneradas, verifica-se que 78% destas crianças com baixo rendimento estão na Região Centro-Oeste; 84% no Sul; 75,7% no Sudeste; 94% no Nordeste; e 80% no Norte urbano (KASSOUF, ALMEIDA e BEZERRA, 2004).

Além disso, existe uma grande variação na quantidade de horas trabalhadas por crianças e adolescentes, que pode ocorrer em função da idade e do tipo de atividade desempenhada. Por volta dos 10 anos à média de horas trabalhadas começa próxima de 17 horas semanais, menos de meia jornada diária, e aos 17 anos evolui para aproximadamente 36 horas semanais, ou pouco mais de 7 horas diárias (SCHWARTZMAN, 2004).

Quando se considera a relação entre trabalho e estudo, Kassouf *et al.* (2004a) verificaram se o trabalho infantil reduz o aproveitamento nos estudos, a defasagem escolar

entre crianças que trabalham e não trabalham. Observaram que em 63,3% das que trabalham e 47,7% das que não trabalham estão em séries inferiores à oitava. A diferença na porcentagem de crianças em série inferior a correta é grande entre as crianças que trabalham quando comparadas as que não trabalham.

Em relação ao Estado do Paraná, acredita-se ser de extrema importância discutir um estudo desenvolvido pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), no qual traçou, no ano de 2007, um mapa do trabalho infantojuvenil no Paraná, utilizando como base de dados, as informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do período de 2001 a 2005 e do Censo Demográfico de 2000, disponibilizadas pelo IBGE. Os resultados desse estudo apontam para o perfil social das crianças e suas famílias, sua inserção nas atividades econômicas e sua distribuição regional. Com base no déficit de estudos publicados referentes ao trabalho infantojuvenil no Estado do Paraná encontrado na literatura, considera-se que este estudo poderá colaborar para o esclarecimento das condições do trabalho infantojuvenil no Estado do Paraná.

De acordo com o IparDES (2007), houve uma redução do trabalho precoce no Brasil e também no Paraná no período 2001-2005. Entretanto, o Paraná ainda permanece entre os estados com índices bastante elevados. No ano de 2000, em termos nacionais, o Paraná situa-se entre os cinco estados com proporção mais elevada do trabalho infantojuvenil em relação à faixa etária de 10 a 17 anos e possui o quarto maior contingente entre estados que se destacam pelo número de ocupados.

Em relação aos dados do Censo Demográfico de 2000, o IparDES (2007) verificou que cerca de 4,9% das crianças na faixa etária de 10 a 13 anos e 28,7% dos adolescentes na faixa etária de 14 a 17 anos estavam inseridas no mercado de trabalho paranaense. A proporção média para ambas as faixas etárias no Paraná foi de 16,9%, superior à proporção nacional que foi de 14,0%. No entanto, ainda que tais proporções sejam bastante elevadas, é possível que o número de crianças que trabalham seja superior, uma vez que retratam apenas as ocupações declaradas oficialmente.

Conforme Schwartzman (2001), uma das características da ocupação infantojuvenil é sua inserção em atividades da mesma natureza que a dos pais. Esse modo de iniciação no trabalho é bastante generalizado nas atividades do setor agrossilvopastoril, no qual 74,5% das crianças ocupadas de 10 a 13 anos possuem atividade igual à do pai ou responsável. Esse padrão se reproduz entre os adolescentes de 14 a 17 anos, no qual 65% deles possuem

atividade igual à do pai ou responsável. Nesse caminho, são fortes as possibilidades futuras de reprodução das mesmas condições de pobreza familiar (IPARDES, 2007).

Com relação à incidência de trabalho infantil, por ramo de atividade econômica, a maior proporção de mão-de-obra infantojuvenil está na agricultura (KASSOUF, ALMEIDA e BEZERRA, 2004). Entretanto, para as crianças, esta concentração é bem mais acentuada (56,5%), enquanto que para os adolescentes apenas 30,4% encontram-se nesse setor, distribuindo-se também em outras proporções no comércio (19,8%), serviços (18,7%) e indústria (14,0%) (IPARDES, 2007).

Segundo Kassouf e Ferro (2004b), a incidência do trabalho de menores nas áreas rurais paranaenses pode ser explicada pela forte presença da agricultura familiar, sendo esta uma atividade importante e uma característica dos estados da Região Sul. No Paraná, dentre os ocupados em atividades rurais da faixa etária de 10 a 13 anos, 68,2% encontram-se trabalhando dentro de suas unidades familiares, sem remuneração, enquanto na faixa de 14 a 17 anos essa proporção é bem menor (45,6%), com importante contingente na condição de empregado, trabalhando em outras propriedades, condição necessária para a complementação da renda familiar (IPARDES, 2007).

Além disso, a ocorrência do trabalho infantojuvenil no meio rural está associada ao tipo de agricultura desenvolvida, fundamentalmente aquelas que dependem de uma incorporação intensiva de mão-de-obra. Assim, em decorrência do trabalho intensivo, realizados pelos adolescentes, correspondendo a mais de 30 ou 40 horas semanais contribui para explicar a redução da frequência dos mesmos na escola. Quando comparado ao grupo infantil, é relativamente mais alta a evasão escolar de adolescentes, o que pode estar associado a uma maior jornada de trabalho e ao exercício de atividades que limitam a disposição física e mental para a continuidade do uso do tempo pessoal, reforçado pela falta de atratividade das escolas (IPARDES, 2007).

Lopes, Souza e Pontili (2008) comentam que a maioria das crianças e adolescentes que trabalham tem frequência irregular, abandona a escola ou nunca a frequentou. Apontam também, que esta situação é mais grave no campo, pois aliada as dificuldades de manterem seus filhos nas creches ou escolas, devido à distância das cidades, além das dificuldades financeiras, levam os pais a inserirem seus filhos muito cedo no trabalho, visto que o baixo nível de educação prejudica o desenvolvimento futuro da criança.

Tanto que, mais de 83% das crianças de 10 a 13 anos que trabalham no setor agrossilvopastoril e 71% das que trabalham em serviços domésticos possuem pais com baixa

escolaridade. Entre os adolescentes, estas proporções correspondem a 84% e 72% respectivamente. Já nos setores do comércio e serviços estão as maiores proporções de crianças e adolescentes ocupados cujos pais possuem maior escolaridade (IPARDES, 2007).

De modo geral, em famílias nas quais os responsáveis não tiveram oportunidades de estudo ou melhor qualificação e, ainda, com nível de rendimentos que os colocam em situação de pobreza, é maior a probabilidade de que venham a ter seus filhos inseridos precocemente no mercado de trabalho, com todas as consequências que isto acarreta, podendo assim gerar um círculo vicioso de pobreza e de desigualdade.

Souza (2011) aponta que é no setor rural que se encontra o maior índice de crianças que ingressaram mais cedo na vida laboral. Ao analisar a população de crianças e adolescentes do Paraná, em 2005, 73,93% eram meninos com idade de 10 a 13 anos, e 65,71% tinham entre 14 e 17 anos de idade, moravam na área rural, e se declararam trabalhadores. Para as meninas da mesma faixa etária, esses percentuais diminuem para 26,06% e 34,26%, respectivamente. Apesar do percentual de meninos trabalhadores da área rural ser maior que o das meninas, na atividade agrícola se exige mais dos meninos que auxiliem os pais, enquanto que as meninas ajudam nos afazeres domésticos, não contabilizados como trabalho.

Desse modo, conforme constatado por Souza (2011), Kassouf e Ferro (2004b) também verificaram que a prevalência da ocupação masculina é uma das características do trabalho infantojuvenil no setor agrícola. O Paraná não foge a essa regra: em média, o trabalho de meninos com idade entre 10 e 17 anos equivale a aproximadamente dois terços do total de crianças e adolescentes que exercem alguma atividade. Do total de trabalhadores infantojuvenis do Paraná 64,7% são do sexo masculino (IPARDES, 2007).

Tais informações expressam o quanto a problemática do trabalho infantojuvenil encontra-se associada a uma estrutura familiar bastante frágil, principalmente, quanto ao ponto de vista de que trabalhar enquanto criança traz alguma vantagem imediata, como por exemplo, ser poupada dos serviços domésticos e/ou auferir alguma renda. Entretanto, tais vantagens não poderiam motivar o trabalho infantojuvenil, isto porque não se leva em conta os riscos que o trabalho pode causar ao desenvolvimento de uma criança. Por fim, nota-se que ainda há muito que se fazer no sentido de melhora das condições de vida das famílias rurais e de acesso a educação escolar para uma maior redução do trabalho infantojuvenil.

## 5 O PARANÁ E SUAS MESORREGIÕES

### 5.1 O ESTADO DO PARANÁ

O Paraná é um dos 26 estados do Brasil e está situado na Região Sul do País. Faz divisa com os estados de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Também faz fronteira com a Argentina e o Paraguai e limite com o Oceano Atlântico. Ocupa uma área de 199.880 km. Sua capital é Curitiba, de grande importância econômica para o Estado, outras importantes cidades são Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava e Paranaguá (IPARDES, 2012).

A população paranaense é formada por descendentes de várias etnias: poloneses, italianos, alemães, ucranianos, holandeses, espanhóis, japoneses e portugueses, e por imigrantes procedentes, em sua maioria, dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais. O Estado possui uma excelente infra-estrutura de estradas, aeroportos, ferrovias, portos e usinas geradoras de energia elétrica (IPARDES, 2012).

O Paraná possui 399 municípios, com uma população total de 10.444.526 habitantes, sendo que 8.912.692 residem na zona urbana e 1.531.834 na zona rural, demonstrando um cenário em que o grau de urbanização do Estado é de 85,33% da população. A taxa anual de crescimento da população paranaense segundo a situação do domicílio desde a década de 40 até 2010 demonstra que houve uma diminuição no crescimento populacional tanto na área rural quanto urbana ao longo dos anos, porém, esta redução foi bem mais acentuada na área rural. Em relação ao seu Índice de Desenvolvimento Humano o Estado apresentava no ano 2000 um índice de 0,787, pouco acima da média nacional que era de 0,766 (IPARDES, 2012).

A economia paranaense é a quinta maior do País. O Estado responde atualmente por 6,1% do PIB nacional, registrando uma renda per capita de R\$ 21,6 mil em 2010, acima do valor de R\$ 19,7 mil referente ao Brasil. A economia do estado se baseia na agricultura, uma vez que o Paraná é o maior produtor de grãos do país, com culturas de milho, soja, feijão. Destaque também para a pecuária que possui um dos maiores rebanhos de bovinos do país, sendo expressivas também as criações de suínos e galináceos. Em relação ao setor de serviços segundo dados do IPARDES no ano de 2007, o setor representou um total de R\$ 90,32

bilhões do valor adicionado, a maior participação nesse número ficou por conta das atividades de comércio, administração pública e atividades imobiliárias (SOUZA, 2010).

## 5.2 AS MESORREGIÕES PARANAENSES

O Paraná tem seus municípios organizados em dez mesorregiões geográficas, sendo: a Mesorregião do Noroeste Paranaense; Norte Central Paranaense; Norte Pioneiro Paranaense; Centro Ocidental Paranaense; Centro Oriental Paranaense; Oeste Paranaense; Centro Sul Paranaense; Sudoeste Paranaense, Sudeste Paranaense e Mesorregião Metropolitana de Curitiba.



**Figura 1** - Mesorregiões Geográficas do Paraná

Fonte: Iparades, 2012.

### 5.2.1 Mesorregião Noroeste Paranaense

A Mesorregião Noroeste situa-se no Terceiro Planalto Paranaense, sua área em Km<sup>2</sup> é de 24.750,384, com 677.925 habitantes no ano de 2009. É formada pela união de 61 municípios: que estão agrupados em três microrregiões: Cianorte, Paranavaí e Umuarama. O município mais populoso é Umuarama com 100.716 habitantes (PARANÁ, 2011; IPARDES, 2012). Cianorte e Umuarama apresentam um Índice de Desenvolvimento de Humano Municipal (IDH-M) de 0,8, um número maior que o do Paraná, o IDH-M do estado é de 0,787 (IPARDES, 2004).

Das atividades econômicas com destaque na mesorregião, Cianorte desponta como importante pólo de confecção de vestuários. As atividades relacionadas com a agricultura são outro destaque com forte atuação na região. Observa-se também um crescimento de produtos como a cana, mandioca e aves, além do destaque da produção estadual de casulos do bicho da seda, café e fruticultura (abacaxi, laranja e manga). Em termos industriais, a Noroeste concentra atividades de beneficiamento da mandioca e se constitui o maior pólo sucro-alcooleiro do Estado (IPARDES, 2004).

As atividades agropecuárias mantêm participação expressiva na ocupação da mão-de-obra regional. A Mesorregião apresentou no período 1996/2001, um dos maiores incrementos no nível de emprego formal no Estado, cabendo destacar o forte aumento do emprego na indústria têxtil (vestuário), muito em função do dinamismo deste setor em Cianorte (PARANÁ, 2011).

### 5.2.2 Mesorregião Centro Ocidental Paranaense

A Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, situa-se em sua maior porção no Terceiro Planalto Paranaense, sua área em km<sup>2</sup> é de 11.937,564, com 334.125 habitantes no ano de 2010. É formada pela união de 25 municípios que estão agrupados em duas microrregiões: Campo Mourão com 87.194 habitantes e Goioerê com 29.018 habitantes (PARANÁ, 2011; IPARDES, 2012). Em 2000, nenhum município da Mesorregião apresentou

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) acima do verificado para o Estado, 0,787 (IPARDES, 2004).

A economia regional baseia-se na agricultura e agroindústria que se consolidou-se como uma das principais mesorregiões produtoras de grãos no Estado, participando com cerca de 12% do total estadual. A matriz industrial da região está vinculada à agroindústria, destacando-se os segmentos açúcar e álcool, óleo/gorduras vegetais, algodão e mandioca, os quais conjuntamente representavam, em 2002, a metade do valor adicionado pela indústria regional (IPARDES, 2004).

De modo geral esta mesorregião se caracteriza como grande produtora de produtos agrícolas, como soja, milho, o que gera muitos retornos, contudo esses recursos são concentrados, o que acaba por não permitir o desenvolvimento de municípios menores que não conseguem ter uma dinâmica produtiva, frente aos municípios mais urbanizados (SOUZA e MAYBUK, 2009).

Em relação à indústria, há que se destacar, também, a expansão recente do segmento mobiliário e, no município de Campo Mourão, de um número significativo de empresas de equipamentos médico-hospitalares. No complexo agroindustrial destaca-se a Cooperativa Agropecuária Mourãoense (COAMO), cuja atuação extrapola os limites da mesorregião abrangendo 50 municípios, nos quais reúne 18 mil associados. Ela se constitui no maior grupo exportador de produtos agrícolas e agroindustriais do Paraná (PARANÁ, 2011).

A mesorregião Centro-Ocidental paranaense apresentou a terceira maior taxa de desemprego e o menor crescimento relativo e absoluto do emprego formal, no período 1996-2001, registrando, inclusive, redução no seu principal município – Campo Mourão. Além disso, é a única Mesorregião que, neste período, não teve nenhum segmento industrial com aumento expressivo de emprego (PARANÁ, 2011).

### 5.2.3 Mesorregião Norte Central Paranaense

A Mesorregião do Norte Central situa-se em sua maior porção no Terceiro Planalto Paranaense, sua área em km<sup>2</sup> é de 24.553,976, com 2.037.183 habitantes no ano de 2010, sendo a segunda mesorregião mais populosa do estado. A atividade agrícola absorve boa parte da mão-de-obra, ainda que em menor proporção em comparação as demais regiões do Estado,

são formadas pela união de 79 municípios que estão agrupados em oito microrregiões, Apucarana, Astorga, Faxinal, Floraí, Ivaiporã, Londrina, Maringá e Porecatu (PARANÁ, 2011; IPARDES, 2012). O município de Londrina é o mais populoso com 506.701 habitantes. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos 79 municípios, apenas 8 apresentam posições acima da média do Estado, 0,787 (IPARDES, 2004).

A região apresenta o segundo maior parque industrial do Estado, que se particulariza por sua diversificação, com importante participação de gêneros como alimentação, têxtil, mobiliário, açúcar e álcool, além dos novos segmentos, especialmente os de agroquímicos e embalagens plásticas e equipamentos para instalações industriais e comerciais. É importante destacar, ainda, a forte presença da região no setor de serviços, particularmente em alguns segmentos que denotam importantes encadeamentos produtivos, como os serviços de transporte e de apoio à atividade empresarial, bem como em serviços sociais, como saúde e educação. Trata-se de atividades fortemente concentradas nos dois pólos regionais – Londrina e Maringá – e que confirmam a centralidade que exercem na região e fora dela (IPARDES, 2004).

O Norte Central tem o segundo maior contingente de população ocupada entre as mesorregiões do Estado, com o maior número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, embora essas atividades tenham um peso relativamente pequeno, comparativamente a outras mesorregiões, em sua estrutura ocupacional. Em relação a esta estrutura, a mesorregião destaca-se por apresentar a maior participação da indústria de transformação no total da ocupação (PARANÁ, 2011).

#### 5.2.4 Mesorregião Norte Pioneiro Paranaense

A Mesorregião Norte Pioneiro situa-se em porções do Segundo e Terceiro Planaltos Paranaenses, sua área em km<sup>2</sup> é de 15.718,917, com 546.224 habitantes no ano de 2010, sendo formada pela união de 46 municípios que estão agrupados em cinco microrregiões: Assaí, Cornélio Procópio, Ibaiti, Jacarezinho, Wenceslau Braz. O município de Cornélio Procópio é mais populoso com 46.928 habitantes (PARANÁ, 2011; IPARDES, 2012).

A evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), na última década, foi positiva na maioria dos municípios. Mesmo assim, mostrou-se insuficiente para

alterar o quadro social ainda crítico, dos 46 municípios da Mesorregião, nenhum apresenta nível de desenvolvimento considerado alto (IDH-M > 0,800) e apenas Cornélio Procópio e Barra do Jacaré posicionam-se acima do IDH-M médio estadual, 0,787 (IPARDES, 2004).

De acordo com IparDES (2004), mesmo com a expansão dos estabelecimentos industriais, a indústria regional se caracteriza pela presença de segmentos com baixa capacidade de agregação de valor, alguns segmentos merecem destaque como é o caso da indústria sucroalcooleira, indústrias de café, derivados de milho e vestuário. Na agropecuária, destaca-se o desempenho de algumas commodities e matérias-primas, como a cana, soja e milho, bem como incremento na produção de alguns hortifrutigranjeiros, como alternativa para o segmento na produção familiar.

O Norte Pioneiro é uma das mesorregiões com menor peso da indústria na absorção da força de trabalho. O mercado regional de trabalho ainda é fortemente dependente das atividades agrícolas, com mais de 1/3 do total de ocupados. Além disso, a mesorregião Norte Pioneiro apresenta baixo dinamismo na geração de postos de trabalho formais (PARANÁ, 2011).

#### 5.2.5 Mesorregião Centro Oriental Paranaense

A Mesorregião Centro Oriental situa-se no Segundo Planalto Paranaense, abrange uma área de 21.812,024 km<sup>2</sup>, com 689.279 habitantes no ano de 2010. Sua economia e sociedade são organizadas fundamentalmente a partir de grandes fazendas que sustentaram os ciclos econômicos do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. É formada pela união de 14 municípios que estão agrupados em três microrregiões, Jaguariaíva, Ponta Grossa e Telêmaco Borba. O município de Ponta Grossa é o mais populoso com 311.611 habitantes (PARANÁ, 2011; IPARDES, 2012). Muitos municípios dessa mesorregião apresentam baixos índices de desenvolvimento, sem incluir o município de Ponta Grossa que possui um dos melhores índices do estado. A desigualdade é grande nessa região, com registros elevados de pobreza (IPARDES, 2004).

As atividades de caráter extrativo e a pecuária caracterizaram a economia regional, incorporaram inovações consolidando uma produção agropecuária com alto grau de

articulação com as agroindústrias instaladas na região e/ou com o mercado nacional e internacional (IPARDES, 2004).

A configuração recente da economia regional está assentada em três eixos industriais, concentrados em distintas áreas da Mesorregião. O primeiro incorpora as indústrias de papel e papelão dos municípios de Telêmaco Borba, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Arapoti e Sengés, conformando um dos mais importantes pólos do país. A bacia leiteira adquire importância nos municípios de Castro, Arapoti e Carambeí, fortemente vinculada com a dinâmica agroindustrial da região. O segundo eixo incorporou a pauta agrícola regional à produção de soja combinada com o trigo, e o milho, importante componente da alimentação dos rebanhos leiteiros. O terceiro eixo é composto pelo grupo agroquímico-moageiro, centrado na cidade de Ponta Grossa, ancorado pelos segmentos de moagem de soja e produção de fertilizantes (PARANÁ, 2011).

Em comparação as demais mesorregiões, esta apresenta a menor taxa de atividade da população economicamente ativa e a segunda maior taxa de desemprego. Um dos fatores relacionados a esse quadro é a proporção relativamente baixa de ocupados em atividades agropecuárias. A mesorregião apresentou uma variação do nível de emprego, entre 1996 a 2001, inferior à média estadual (PARANÁ, 2011).

#### 5.2.6 Mesorregião Oeste Paranaense

A Mesorregião do Oeste Paranaense situa-se no Terceiro Planalto Paranaense, sua área em km<sup>2</sup> é de 22.864,702 com 1.219.558 habitantes no ano de 2010, sendo composta por 50 municípios agrupados em três microrregiões: Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu, municípios muito importantes, para essa mesorregião (PARANÁ, 2011). O município de Cascavel é o mais populoso com 286.205 habitantes (IPARDES, 2012).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), a Mesorregião Oeste, comparativamente às demais, concentra o maior número de municípios em melhores posições. Há 11 municípios que sobressaem por apresentar IDH-M superior a 0,800, classificado como padrão de alto desenvolvimento humano, obtendo assim posição de destaque no âmbito estadual. Em posição oposta encontram-se 16 municípios localizados na extensão Leste e Sul da mesorregião (PARANÁ, 2011).

A Mesorregião Oeste ocupa posição importante no ranking estadual dos principais produtos da pauta paranaense, a exemplo de soja, milho, aves, suínos e leite. Ainda que, abrigue importantes segmentos da agroindústria, as possibilidades de expansão e crescimento nessa direção vêm se alterando no sentido de uma mudança qualitativa no padrão de industrialização, que passa da fase do processamento agroindustrial simples a padrões complexos da indústria de alimentos voltada para elaboradas formas de consumo final (PARANÁ, 2011).

Em termos de economia urbana se expressa em ganhos limitados em atividades de comércio e particularmente em serviços, setor que tende a refletir as modernas condições da dinâmica produtiva geral. Entre as características marcantes dessa região esta a dinâmica do crescimento populacional, econômico e turístico, que tem como atração principal para aquecer sua economia, o Parque Nacional do Iguaçu, as Cataratas do Iguaçu e o reservatório da Usina de Itaipu, importantes atributos no âmbito da política nacional e internacional de meio ambiente e turismo (PARANÁ, 2011).

Entre as 10 mesorregiões, em 2000, a mesorregião Oeste concentrava o terceiro maior contingente de população ocupada, cerca de 12,2% do total do Paraná, distinguindo-se por apresentar uma elevada taxa de atividade, 62,0%. Quanto ao nível de desemprego alcançado, este é bastante expressivo, correspondendo à taxa de 12,8%, inferior a verificada nas mesorregiões Metropolitana (14,7%), Centro-Oriental (14,1%) e Centro-Occidental (13,7%), o que significa que a mesorregião Oeste vem apresentando expansão do emprego formal, com ocorrência generalizada em todos os municípios (PARANÁ, 2011).

#### 5.2.7 Mesorregião Sudoeste Paranaense

A Mesorregião Sudoeste situa-se no Terceiro Planalto Paranaense, sua área em km<sup>2</sup> é de 17.060,444, com 587.496 habitantes no ano de 2010, tem como principais características a agricultura familiar e a baixa concentração de população comparada a outras mesorregiões. É formada pela união de 42 municípios que estão agrupados em três microrregiões, Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco. Destes, Francisco Beltrão é o município mais populoso com 78.943 habitantes (PARANÁ, 2011; IPARDES, 2012).

Constituindo uma das últimas áreas de ocupação do Estado, o Sudoeste é talvez, entre as mesorregiões, aquela que melhor se caracteriza como importante reduto da agricultura familiar. Mesmo tendo passado por grande transformação na sua base produtiva, com a introdução de novas práticas de cultivo a partir da expansão da soja (IPARDES, 2004).

Ainda, de acordo com o IPARDES (2004), no que se refere ao grau de desenvolvimento humano municipal dessa região, a homogeneidade dos indicadores chama atenção, dos 23 municípios com os melhores índices do estado seis encontram-se na região Sudoeste, Pato Branco, por exemplo, contempla a terceira posição no ranking do Paraná. Esses altos índices são reflexos principalmente da educação, que é acima da média do estado, além de bons indicadores de saúde, e evolução positiva da renda per capita. Contudo, existem muitos municípios no Sudoeste paranaense em situação de pobreza.

A região possui perfil econômico especializado numa produção agropecuária de pequenos e médios produtores, porém em atividades de baixa agregação de valor. O setor industrial se caracteriza pela busca de alternativas de produção. Nesse sentido, as prefeituras vêm desempenhando papel importante quanto a incentivos fiscais e implementação de novos distritos industriais. Assim, ainda que haja predominância dos gêneros industriais tradicionais, como alimentos, confecções e madeireiro, há sinais de diversificação na matriz produtiva da mesorregião, especialmente com a expansão dos setores metalúrgico e eletroeletrônico (PARANÁ, 2011).

Nos dados do último Censo, o Sudoeste registrou a maior taxa de atividade e a menor taxa de desemprego entre todas as mesorregiões paranaenses, bem como um crescimento do emprego formal acima da média estadual. A maior parte dos ocupados na região desenvolve algum tipo de atividade agropecuária ou de extração florestal. Porém, no momento de transição urbana, os novos postos formais de trabalho se concentram no comércio varejista e nos serviços de alojamento e alimentação (PARANÁ, 2011).

#### 5.2.8 Mesorregião Centro Sul Paranaense

A Mesorregião Centro Sul situa-se no Terceiro Planalto Paranaense, sua área é de 21.093,588 km<sup>2</sup>, com 453.821 habitantes no ano de 2010, sendo integrada por 29 municípios

que se agrupam nas microrregiões de Guarapuava, Palmas e Pitanga. O município de Guarapuava é o mais populoso com 167.328 habitantes (PARANÁ, 2011; IPARDES, 2012).

É uma das Mesorregiões que apresenta os indicadores sociais em condições mais desfavoráveis. Todos os municípios registram Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) abaixo da média paranaense, desempenho da renda é o índice mais crítico (IPARDES, 2004).

O Centro Sul é uma região basicamente voltada para as atividades agrícolas, em que o setor industrial é pouco dinâmico, com destaque para a indústria de madeira. Além disso, é recortada por poucos municípios e apresenta densidade demográfica baixa. Cerca de um terço da população da mesorregião Centro Sul Paranaense é pobre, sete entre os dez municípios mais pobres do Paraná estão nessa região (IPARDES, 2004).

A região apresenta uma das menores taxas de atividade do Estado, indicando maiores dificuldades para a inserção ocupacional de sua população. A estrutura ocupacional da mesorregião é marcada pelo elevado peso da ocupação em atividades rurais (39% dos ocupados). O Centro-Sul apresentou crescimento recente do emprego formal, tendo como particularidade um incremento expressivo nos menores municípios, ligado a atividades do setor público, como reflexo da instalação de 17 novos municípios na última década (IPARDES, 2004).

#### 5.2.9 Mesorregião Sudeste Paranaense

A Mesorregião Sudeste esta localizada em sua maior parte no Segundo Planalto Paranaense, abrange uma área de 16.941,469 km<sup>2</sup>, com 404.779 habitantes em 2010. Esta mesorregião é uma das áreas mais antigas do Paraná, formada por 21 municípios que estão agrupados em quatro microrregiões geográficas, Irati, Prudentópolis, São Mateus do Sul e União da Vitória (PARANÁ, 2011). Com cerca de 56.207, Irati é o município com maior número de habitantes (IPARDES, 2012).

Em comparação às demais mesorregiões, o Sudeste possui a menor base populacional do Estado, sendo esta a mesorregião menos urbanizada do Paraná, com 46% de sua população vivendo ainda em áreas rurais (IPARDES, 2004).

A Mesorregião Sudeste é marcada pelo baixo contingente populacional, e por apresentar o menor índice de urbanização do estado. Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos 21 municípios da Mesorregião, à exceção de União da Vitória, com o índice 0,793, está acima da média do Estado (0,787), todos os municípios apresentam IDH-M inferior ao índice médio do Paraná (IPARDES, 2004).

Na base do desempenho econômico regional ressalta-se a peculiaridade que combinou o crescimento das atividades já existentes com a absorção de novos segmentos. A evolução recente da agropecuária denota intensificação da produção via aumento de produtividade dos principais produtos regionais, como soja, milho, erva-mate e fumo, sem, contudo, as demais, como a batata e o feijão, apresentarem redução (IPARDES, 2004).

O perfil industrial da região predomina o complexo da madeira, consolidando, mais recentemente, a indústria de cerâmica, beneficiada pela possibilidade de exploração do gás derivado do xisto e pelas reservas de argila. Em relação à indústria de alimentos, o processamento da erva-mate continua a ocupar posição de destaque e, com as cooperativas, ampliam-se as atividades de agroindustrialização, sobretudo do leite, arroz, mandioca, trigo, milho. Ao lado destes, o fumo persiste como atividade de forte concentração regional (PARANÁ, 2011).

A dinâmica da economia regional também se expressa no mercado de trabalho. A região registrou no período 1996/2001, a maior variação relativa do emprego formal. Ainda, no ano 2000, apresentou uma das menores taxas de desemprego do Estado (PARANÁ, 2011).

#### 5.2.10 Mesorregião Metropolitana de Curitiba

A Mesorregião Metropolitana de Curitiba situa-se em sua maior parte no Primeiro Planalto Paranaense, com área de 23.147,132 km<sup>2</sup>, e 3.493.742 habitantes em 2010. É a região mais urbanizada do Estado, composta por 37 municípios que estão agrupados em cinco microrregiões: Cerro Azul, Lapa, Metropolitana de Curitiba, Paranaguá e Rio Negro. Curitiba é o município mais populoso, com 1.751.907 habitantes (PARANÁ, 2011; IPARDES, 2012).

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), em 2000, 7 municípios apresentaram um IDH-M acima da média estadual, 0,787. Ao lado de Curitiba, Pinhais, Araucária no aglomerado metropolitano, e fora dele, Rio Negro sobressaem no

âmbito estadual por se situarem entre os 23 municípios paranaenses com IDH-M superior a 0,800, considerado alto desenvolvimento humano (PARANÁ, 2011).

A Mesorregião Metropolitana de Curitiba é a região mais industrializada do estado, de acordo com Souza (2010), também concentra o maior número de empregos formais. A infraestrutura da mesorregião é grande responsável pela concentração de atividades econômicas, uma vez que é formada pela Capital do estado, pelo Porto de Paranaguá, e pelo grande parque industrial localizado principalmente na microrregião metropolitana de Curitiba.

Com a implementação do pólo automotivo, ampliaram a participação da mesorregião na produção estadual do Paraná. Associada a essa mudança no setor industrial, a ampliação da demanda por serviços e produtos de maior especialização, muitos dos quais viabilizados por capital internacional e voltados ao mercado global. O setor comercial também passou por mudanças, marcadamente no comércio varejista, com a instalação de vários Shoppings Center e hipermercados, ampliando a oferta, alterando o perfil do fornecedor e do consumidor e implementando padrões internacionais de lojas e produtos (IPARDES, 2004).

Ainda que prevaleçam as atividades industriais, algumas atividades agrícolas contam com significativa participação. A disparidade entre os municípios dessa mesorregião é grande. De um lado, município com desenvolvimento socioeconômico favorável de outro lado encontra-se municípios menores, basicamente agrícolas em condições inferiores aos pólos mais baixo que a média do Paraná (IPARDES, 2004).

## **6 METODOLOGIA E BASE DE DADOS**

### **6.1 METODOLOGIA**

Para Demo (2000, p. 11), metodologia significa o “estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência”. Nesse sentido, a metodologia se refere aos métodos como um instrumento que possibilita ao investigador de qualquer área de conhecimento proceder sistematicamente na busca por certa objetividade.

Para atingir o objetivo proposto, este estudo fez uso da análise estatística descritiva, a qual, segundo Silva, Silva e Gonçalves (1999) é a parte da estatística que tem como intuito a descrição de um conjunto de dados que tenham sido coletados a partir de um censo ou uma estimação.

Martins e Donaire (1988) relatam que a análise estatística descritiva baseia-se em resultados obtidos da análise de uma amostra da população, procurando inferir, induzir ou estimar as leis de comportamento da população da qual a amostra foi retirada.

Neste método estatístico os dados secundários foram trabalhados, organizados e analisados. Neste estudo, a metodologia utilizada para coleta de dados, divide-se inicialmente em pesquisa bibliográfica, pois foi desenvolvida partindo de um referencial teórico existente em livros, artigos e sites. Na segunda etapa, far-se-á uma análise estatística descritiva com gráficos e tabelas que pretendem caracterizar do trabalho infantojuvenil na agricultura, de acordo com as mesorregiões paranaenses em que estas crianças e adolescentes se encontram.

### **6.2 BASE DE DADOS**

A base de dados escolhida para a referida análise refere-se ao Censo Demográfico 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). O Censo Demográfico constitui-se no levantamento de informações para a definição de políticas públicas e tomada de decisões de investimentos, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo. Por se tratar de uma pesquisa aplicada em todo território nacional, constitui-se na única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos

municípios e em seus recortes territoriais internos, como distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanas, cujas realidades dependem de seus resultados para serem conhecidas e terem seus dados atualizados.

O Censo Demográfico constitui-se numa pesquisa que é realizada decenalmente, sendo que no ano 2010 os questionários foram aplicados no período de 01 de Agosto a 30 de Outubro de 2010, abrangendo 316.574 setores censitários e tendo mobilizado cerca de 240.000 mil pessoas, em pesquisa a aproximadamente 58 milhões de domicílios nos 5.565 municípios existentes no ano 2010, nas 26 Unidades de Federação e no Distrito Federal.

Cabe ressaltar que a realização de um levantamento como o Censo Demográfico 2010 representa o desafio mais importante para um instituto de estatística, sobretudo em um país de dimensões continentais como o Brasil, com mais de 8 milhões de km<sup>2</sup> de um território heterogêneo e, muitas vezes, de difícil acesso.

Na coleta das informações do Censo 2010, foram utilizados dois modelos de questionários. O primeiro questionário era tido como básico, e aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto naquelas selecionadas para a amostra, e que contém a investigação das características do domicílio e dos moradores. O segundo questionário foi aplicado em todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostra. Além da investigação contida no questionário básico, abrange outras características do domicílio e pesquisa importantes informações sociais, econômicas e demográficas dos moradores, tais como: religião, cor ou raça, deficiência, migração, escolaridade, fecundidade, nupcialidade, trabalho e rendimento.

Os primeiros resultados definitivos foram divulgados em Novembro de 2010, e apontaram uma população formada por 190.732.694 pessoas. Em abril de 2011, foi divulgada a Sinopse do Censo Demográfico, com informações sobre domicílios recenseados, segundo a espécie, e população residente, segundo as Unidades da Federação e Municípios.

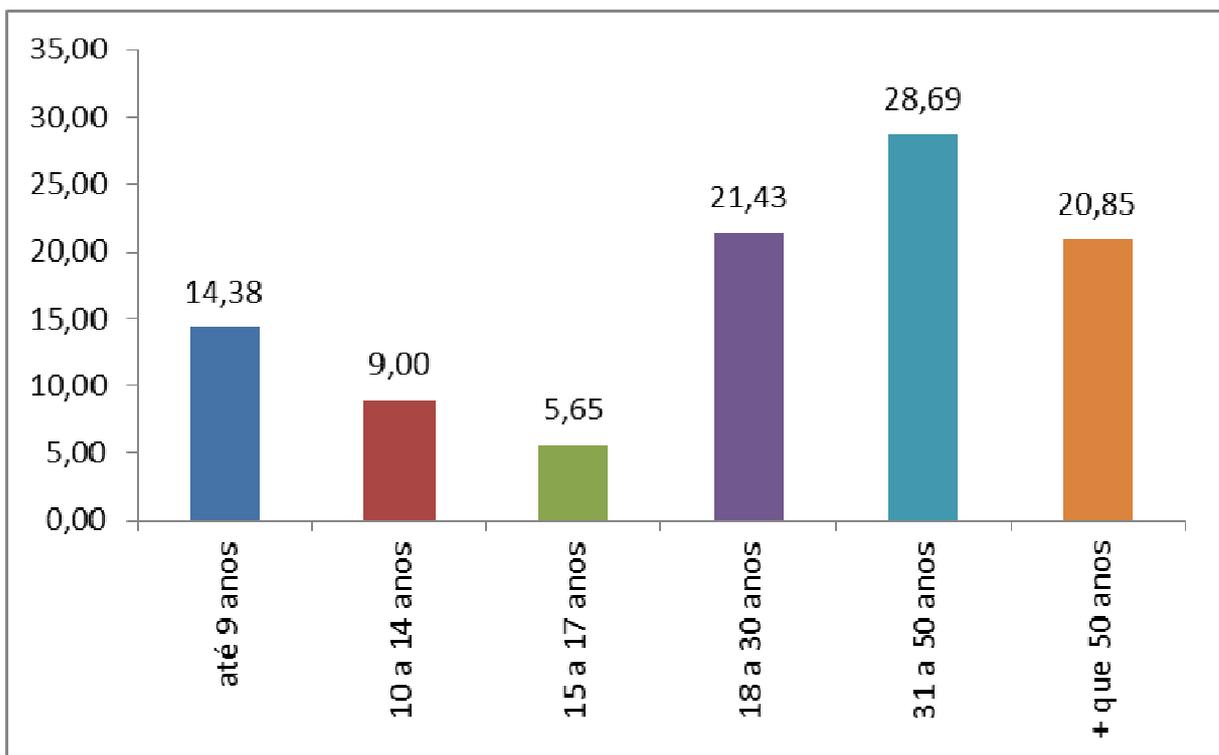
Em novembro de 2011, mais resultados chegaram ao conhecimento do público com a divulgação do Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios: resultados do universo; Censo Demográfico: Resultados preliminares da amostra; Indicadores Sociais Municipais: Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico e Base de Informações do Censo Demográfico: Resultados do universo por setor censitário.

A partir do banco de dados do Censo 2010 para o Estado do Paraná, selecionou-se as Mesorregiões Paranaenses. Dos dados das Mesorregiões Paranaenses foram selecionados somente os trabalhadores infante-juvenis na agricultura. Para fazer a seleção do banco de dados e análise estatística dos mesmos utilizou-se o *SAS for Windows V8*.

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção tem por objetivo apresentar, através de uma análise estatística, o quadro socioeconômico em que os trabalhadores infanto-juvenis na agricultura são inseridos no mercado de trabalho nas mesorregiões paranaenses.

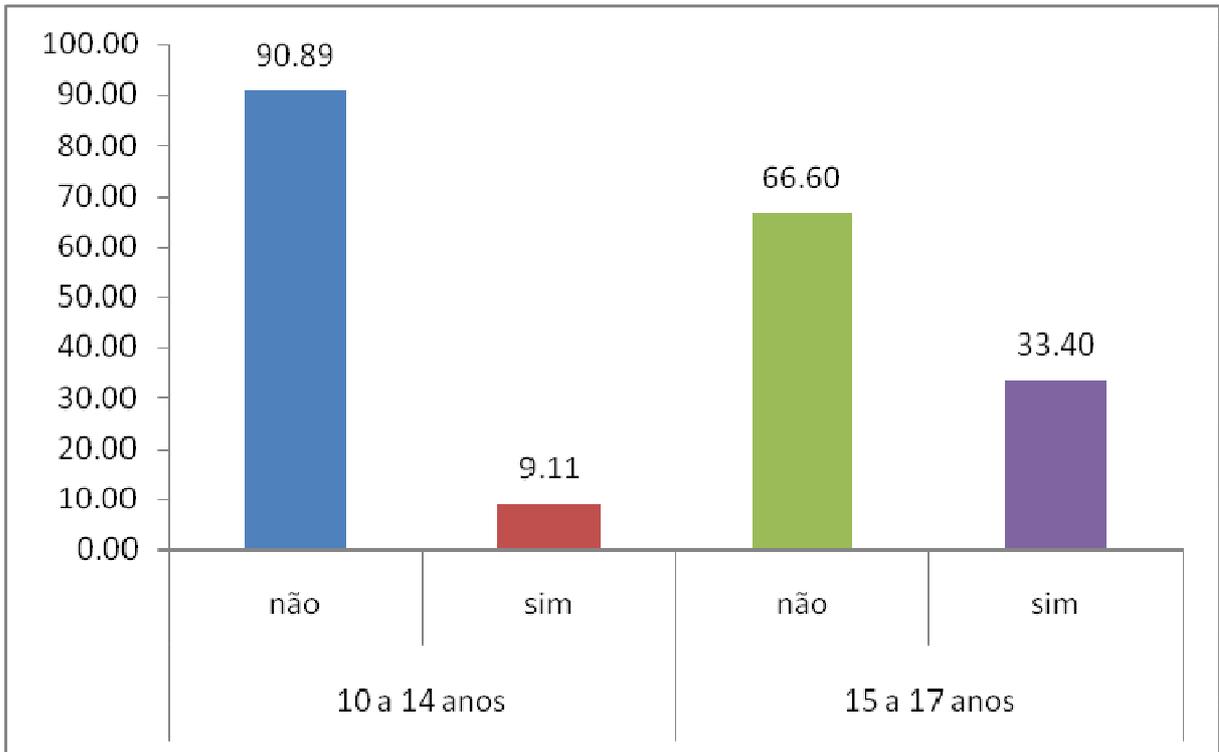
Na Figura 2 apresenta-se a população de crianças e adolescentes do Estado do Paraná, segundo a faixa etária. Verifica-se que 14,65% são crianças e adolescentes com idade entre 10 a 17 anos, que corresponde a 189.368 indivíduos. Desse total, 9% referem-se a crianças de 10 a 14 anos, que corresponde a 116.634 indivíduos e 5,65%, referem-se aos adolescentes de 15 a 17 anos, que corresponde a 73.034 indivíduos.



**Figura 2** - População de crianças e adolescentes do Estado do Paraná, segundo a faixa etária.  
Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010 (Resultados da Pesquisa).

Este estudo está particularmente interessado em apresentar as características socioeconômicas das crianças e adolescentes residentes no Estado do Paraná. Assim, apresenta-se na Figura 3, o percentual de crianças e adolescentes do Estado do Paraná, segundo o fato de as mesmas trabalharem ou não, observa-se que do total de 189.368 indivíduos com idade entre 10 a 17 anos, 10.599 declararam estar trabalhando, o que

corresponde a um percentual de 9,11% de crianças executando algum tipo de atividade no Estado. Em relação aos indivíduos com idade entre 15 e 17 anos, 24.391 declarou estar trabalhando, o que corresponde a um percentual de 33,40% de adolescentes trabalhando no momento da pesquisa. Tem-se, portanto que, existem no Estado do Paraná, 34.990 crianças e adolescentes desenvolvendo algum tipo de atividade laboral.



**Figura 3** - População de crianças e adolescentes do Estado do Paraná, segundo o fato de as mesmas trabalharem ou não.

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010 (Resultados da Pesquisa).

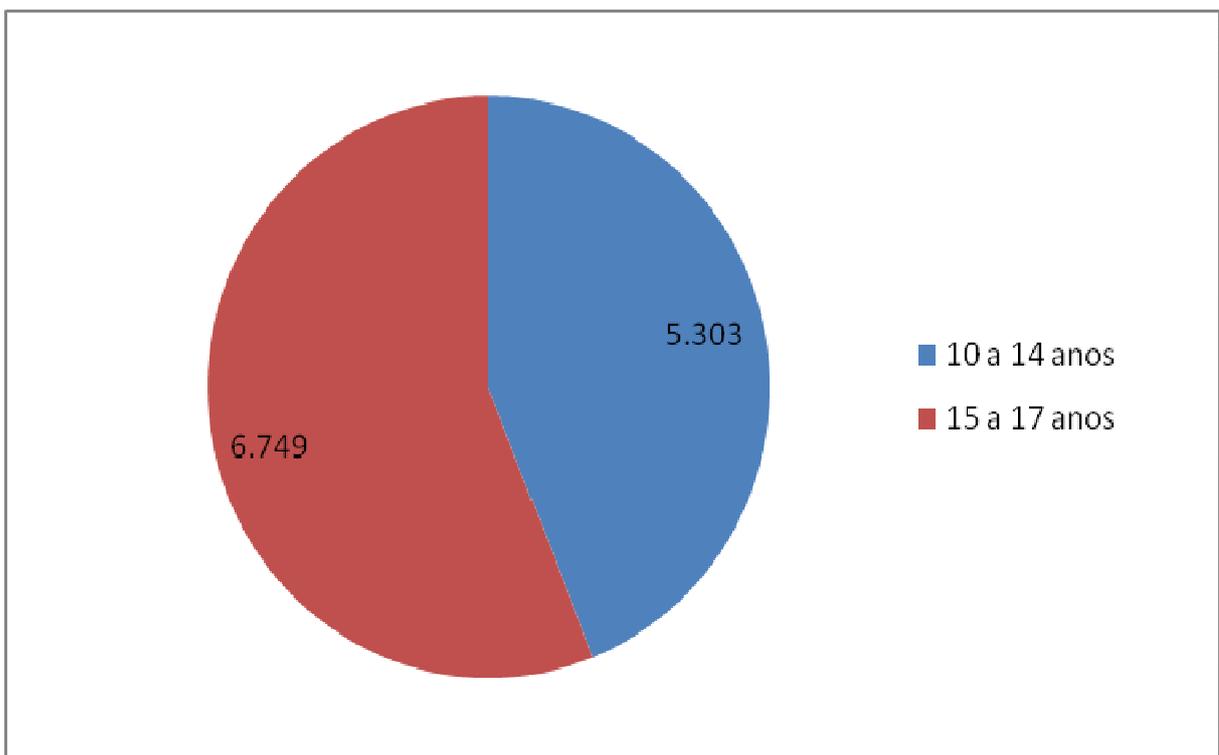
Apesar dos elevados percentuais de crianças e adolescentes realizando algum tipo de trabalho no Estado do Paraná, nota-se que essa realidade demonstra que muitas ocupações não são entendidas como trabalho, nem no contexto familiar nem no social, resultando em uma categoria invisível da qual grande parte dos trabalhadores domésticos e de ruas faz parte.

Segundo Brasil (2004), a legislação brasileira, proíbe o trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. De acordo com Almeida e Lopes (2011) pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que ainda existem mais de 5 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 a 17 anos, exercendo alguma atividade laboral no país.

Além de o estudo ter como objetivo analisar as condições socioeconômicas das crianças e adolescentes do Estado do Paraná, objetiva ainda, restringir esta análise somente às

crianças e adolescentes que trabalham na agricultura. Nesse sentido, quando analisamos o trabalho infantojuvenil no ramo de atividade agrícola no Estado de acordo com os dados em análise no presente estudo, verificamos que das 34.990 crianças e adolescentes que executam algum tipo de trabalho, 12.052 desenvolvem suas atividades no ramo agrícola, ou seja, 34,44% das crianças e adolescentes que realizam trabalho infantil desempenham suas atividades no ramo agrícola.

A Figura 4 mostra que das 12.052 crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola, 5.303 são crianças que estão na faixa etária dos 10 aos 14 anos, que corresponde a 44%; e 6.749 são adolescentes que estão na faixa etária dos 15 aos 17 anos, que corresponde a 56%. Vale salientar que as análises a partir da Figura 4 concentram-se somente nesta população.



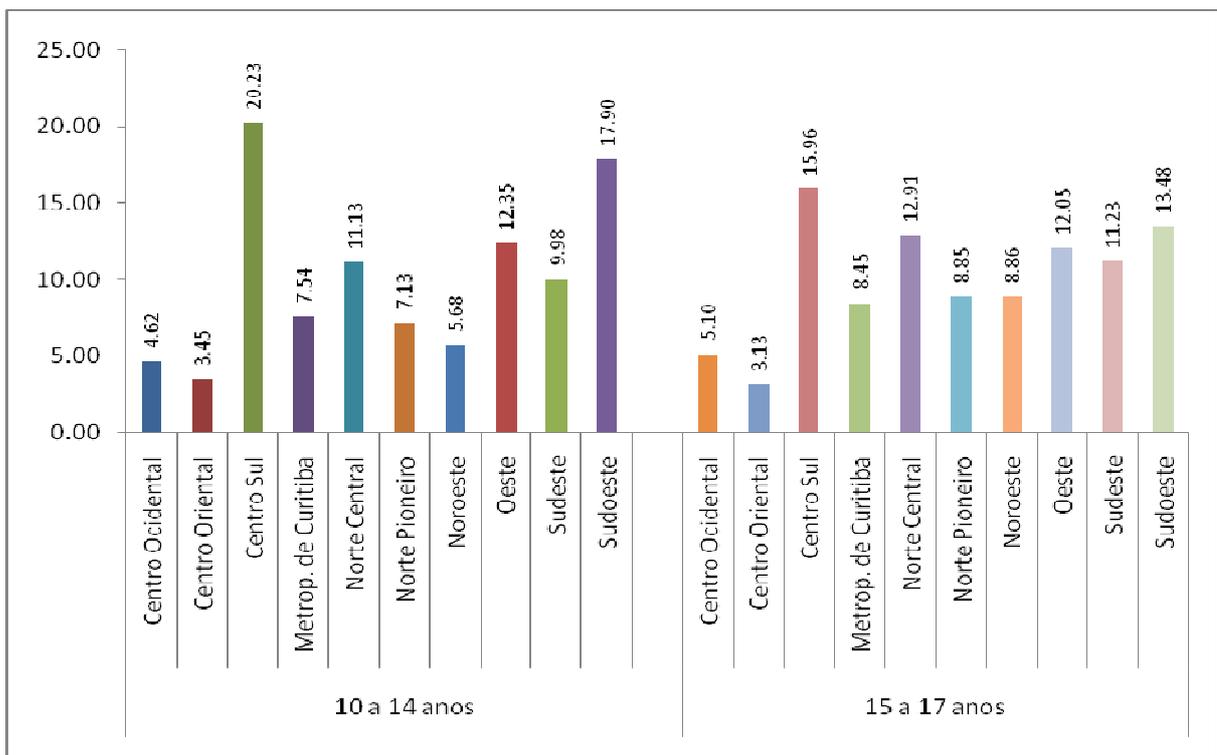
**Figura 4** - População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola do Estado do Paraná.

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010 (Resultados da Pesquisa).

Na Figura 5, ao analisar os percentuais das crianças e adolescentes que realizam trabalho infantil no ramo de atividade agrícola segundo a mesorregião paranaense e a faixa etária, observa-se que dentre os indivíduos com idade entre 10 a 14 anos, 20,23% dessas crianças residem na mesorregião Centro Sul, seguida da mesorregião Sudoeste com 17,90% e

também da mesorregião Oeste em que 12,35% das crianças estão trabalhando no ramo agrícola.

Dentre os adolescentes com idade de 15 a 17 anos os maiores percentuais também se encontram na mesorregião do Centro Sul (15,96%), Sudoeste (13,48%) e Norte Central (12,91%). Os resultados sugerem que o trabalho de crianças e adolescentes no setor agrícola prevalece nas mesorregiões em que a economia está mais fortemente ligada às atividades do setor rural.



**Figura 5** - População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola, segundo a mesorregião e a idade.

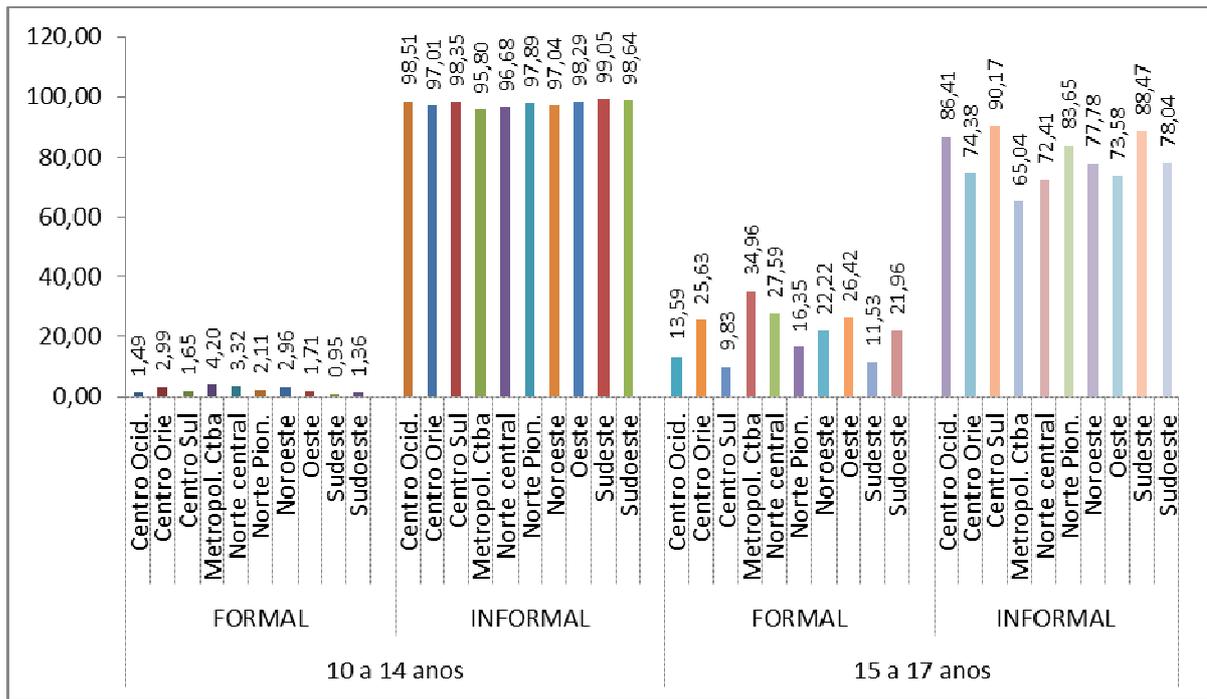
Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010 (Resultados da Pesquisa).

De acordo com informações do IPARDES (2007), a ocorrência do trabalho infantojuvenil no meio rural está associada ao tipo de agricultura desenvolvida, fundamentalmente aquelas que dependem de uma incorporação intensiva de mão-de-obra. Assim, são as atividades agrossilvopastoris realizadas em caráter familiar que abrigam o maior contingente desses trabalhadores, tanto para as crianças quanto para os adolescentes. Entretanto, para as crianças a concentração é bem mais acentuada, chegando a 56,5%, enquanto para os adolescentes, apenas 30,4% encontram-se nesse setor. A localização e abrangência das atividades no campo em relação às regiões do Estado se fazem de maneira

bastante disseminada para o cultivo do milho e para a criação de bovinos. No entanto, se faz de modo mais concentrado para o cultivo do café ao Norte; da mandioca a Oeste e Noroeste; e do fumo a Sudeste e Centro Sul do Estado.

Segundo Kassouf (2002) quanto mais jovem um indivíduo começa a trabalhar, menor será o seu salário na fase da vida adulta. Pessoas que são inseridas muito cedo em atividades que não requerem habilidades ou conhecimentos, acabam sem melhores alternativas quando atingem a vida adulta.

Na Figura 6, ao analisar os percentuais de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola segundo a formalidade do trabalho, observa-se que tanto para as crianças quanto para os adolescentes a grande maioria está inserida no mercado de trabalho informal em todas as mesorregiões paranaenses, com percentuais que chegam a 99,05% entre as crianças de 10 a 14 anos na mesorregião Sudeste e a 90,17% entre os adolescentes de 15 a 17 anos na mesorregião Centro Sul.



**Figura 6** - População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola, segundo a mesorregião e o setor formal e informal.

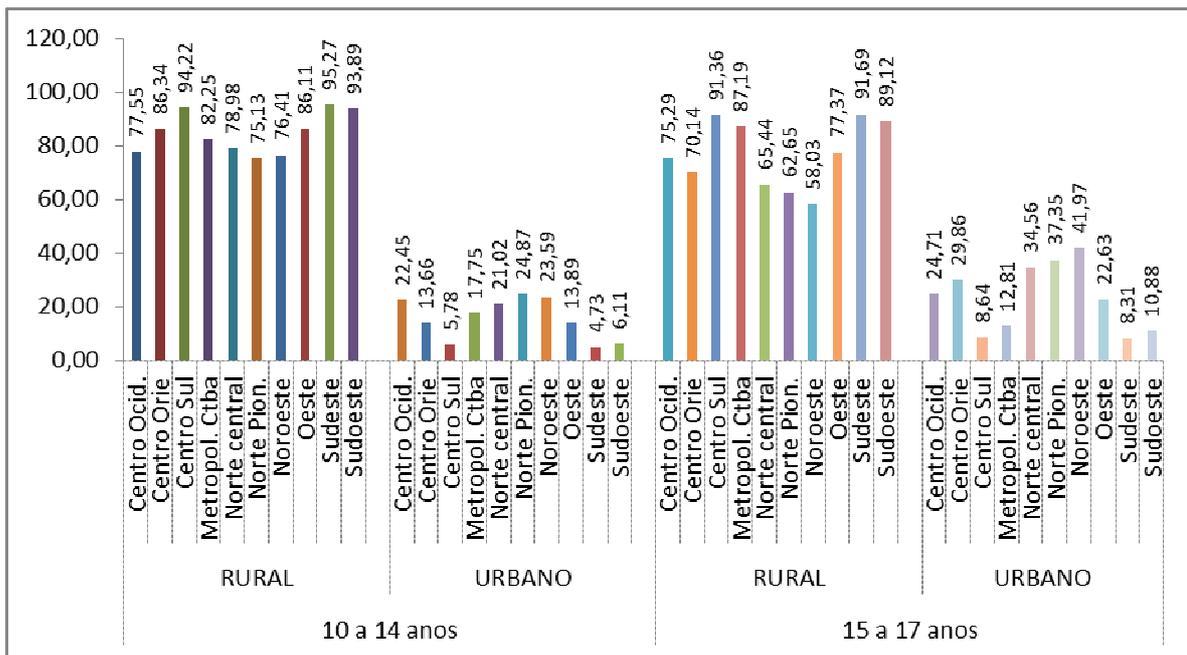
Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010 (Resultados da Pesquisa).

De acordo com os resultados encontrados no presente estudo, verifica-se que a maioria das crianças e adolescentes inseridas no mercado de trabalho informal realiza suas atividades sem os direitos e benefícios estabelecidos por lei, como carteira de trabalho assinada, direito a

férias, 13º salário dentre outros, além dos riscos e prejuízos para a saúde e formação pessoal a que estão sujeitas em decorrência da realização de suas atividades.

Segundo Kassouf (2002) existem leis e restrições no Brasil em relação ao trabalho infantil, entretanto, muitos dados mostram que essas leis não são cumpridas. O trabalho realizado pelas crianças e adolescentes que trabalham em setores como o doméstico, o rural entre outros, geralmente não são fiscalizados. Como estes trabalhos não requerem habilidades especiais, podem facilmente ignorar as restrições legais, levando esses indivíduos a trabalharem por longos períodos de tempo, em ambientes inapropriados, recebendo baixos salários e não são incluídos em programas sociais. Ainda segundo autora, a maioria dos indivíduos que começam a trabalhar muito jovens, inseridos em atividades do mercado de trabalho informal, continua trabalhando na informalidade, muitas vezes sem carteira de trabalho ou não pagando a previdência, recebendo salários inferiores ao do formal, além de ter o nível educacional prejudicado.

Na Figura 7, ao analisar os percentuais de crianças e adolescentes que realizam suas atividades no ramo agrícola segundo a área de residência, observa-se que a grande maioria tanto das crianças na faixa etária entre 10 a 14 anos quanto dos adolescentes entre 15 a 17 anos residem na zona rural. Nota-se ainda, que os maiores percentuais de crianças entre 10 e 14 anos residentes na área rural encontram-se nas mesorregiões Sudeste (95,27%), Centro Sul (94,22%) e Sudoeste (93,89%). Entre os adolescentes de 15 a 17 anos estes percentuais chegam a 91,69% no Sudeste, 91,36% no Centro Sul e 89,12% no Sudoeste.



**Figura 7** - População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola, segundo a mesorregião e a área de residência.

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010 (Resultados da Pesquisa).

Tais resultados demonstram que o trabalho infantojuvenil no setor agrícola é mais prevalente entre os residentes da área rural nas mesorregiões onde prevalecem atividades da economia baseadas na agricultura, locais em que muitas famílias residem e/ou trabalham em atividades ligadas ao setor rural.

Segundo um estudo realizado pelo IPARDES (2007) com o objetivo de definir o mapa do trabalho infantojuvenil no Paraná considerando as 39 microrregiões geográficas do Estado a partir de dados da PNAD de 2001 a 2005, o trabalho infantil possui grande proporção no meio rural, sendo que a maioria das crianças e adolescentes entre 10 a 17 anos no Estado do Paraná encontra-se em atividades do setor agrossilvopastoril.

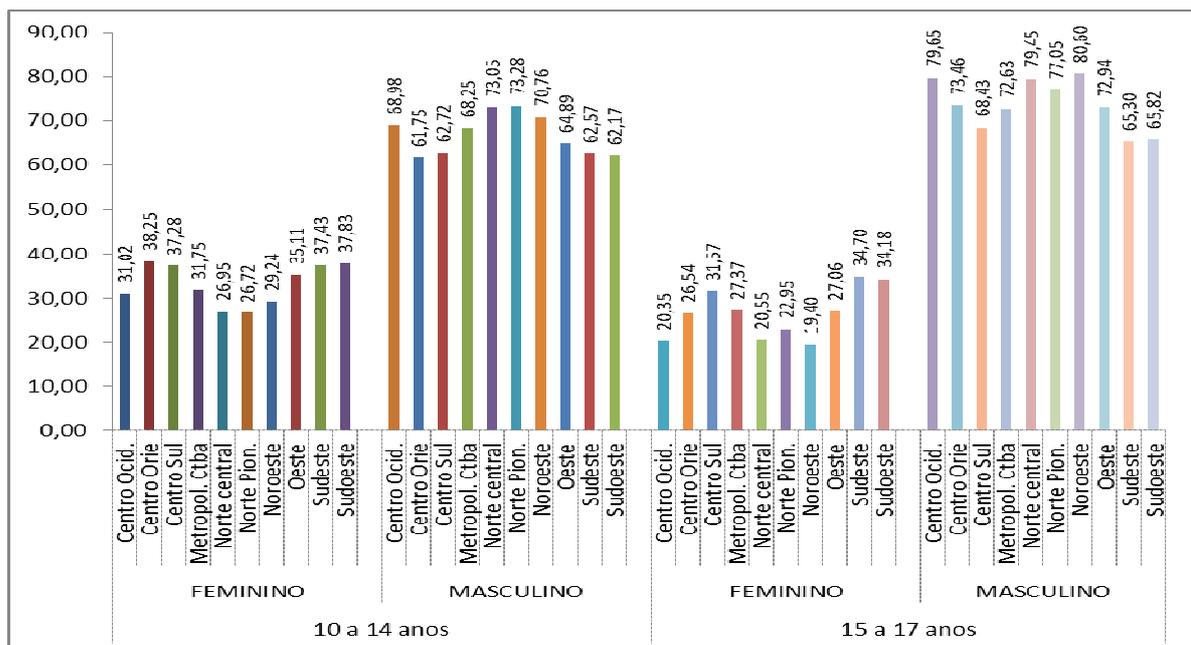
Kassouf e Vasconcellos (2004) afirmam que a grande maioria dos trabalhadores infantis que mora na área rural trabalha no ramo agrícola, enquanto os que moram na área urbana dividem-se entre trabalhos no comércio e serviços, apesar de também trabalharem no ramo agrícola.

De acordo com o IPARDES (2007), as maiores proporções de crianças ocupadas encontravam-se nas microrregiões em que prevalecem as atividades ligadas ao setor rural, como Guarapuava, Francisco Beltrão e outros. Entre os adolescentes, as maiores proporções de ocupados estavam nas microrregiões onde se localizam os grandes centros urbanos, como Curitiba, Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, entre outros, o que indica que os adolescentes

atuam mais fortemente em atividades tipicamente urbanas, apesar de também atuarem na área rural.

Para o IPARDES (2004), o Sudeste é uma das mesorregiões menos urbanizadas do Estado, com grande parte da população residindo em áreas rurais, desenvolvendo suas atividades na agropecuária e agroindústria. O Centro Sul é uma das mesorregiões mais pobres do Estado, basicamente voltada para as atividades agrícolas, com elevados índices de ocupados em atividades rurais, sendo pelo menos 39% dos ocupados. O Sudoeste Paranaense é uma mesorregião caracterizada pela agricultura familiar em que prevalecem as atividades agropecuárias de pequenos e médios produtores, porém em atividades de baixa agregação de valor.

Na Figura 8, ao analisar os percentuais de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola segundo o sexo, observa-se que a maioria desses trabalhadores é do sexo masculino e as mesorregiões que mais contrata os meninos de 10 a 14 anos, são as mesorregiões do Norte Pioneiro, com 73,28% de utilização dessa mão-de-obra, o Norte Central, com 73,05% e o Noroeste, com 70,76%. Já as mesorregiões com maior incidência de trabalho de meninos adolescentes na faixa etária entre 15 a 17 anos são a do Noroeste, na qual 80,60% de meninos estão desempenhando atividades agrícolas, seguida das mesorregiões Norte Ocidental e Norte Central com 79,65% e 79,45%, respectivamente.



**Figura 8** - População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola, segundo a mesorregião e o sexo.

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010 (Resultados da Pesquisa).

A maior prevalência de indivíduos do sexo masculino no setor agrícola é um resultado semelhante aos descritos na literatura. De acordo com Kassouf e Ferro (2004b), o ramo de atividade agrícola é o principal ramo de atividade tanto para meninos quanto para meninas, apesar de haver uma maior proporção de meninos. Em seu estudo quase 60% dos que trabalham na agropecuária eram meninos e apenas 43% eram meninas.

De acordo com o IPARDES (2007), uma das características do trabalho infantojuvenil é a prevalência da ocupação masculina, segundo o Instituto, no Paraná o trabalho de meninos com idade entre 10 a 17 anos equivale a aproximadamente dois terços do total de crianças e adolescentes que exercem alguma atividade.

Na Tabela 1 ao analisar os percentuais das crianças e adolescentes que realizam trabalho infantil no ramo agrícola segundo o nível de instrução, observa-se a maioria das crianças que trabalham na agricultura não possuem instrução ou estão apenas cursando o ensino fundamental incompleto. Entre os adolescentes, observa-se que embora a maioria esteja cursando o ensino médio incompleto ou já tenha o ensino fundamental completo, verifica-se elevados percentuais de adolescentes que ainda não terminaram o ensino fundamental ou não possuem instrução.

**Tabela 1:** População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola, segundo a mesorregião e o nível de instrução.

Idade	Mesorregião	Nível de Instrução							
		SI ou FI		FC ou MI		MC ou Sup I		Sup C	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>10 a 14 anos</b>	Centro Ocidental	229	93.47	16	6.53	0	0.00	0	0.00
	Centro Oriental	166	90.71	16	8.74	1	0.55	0	0.00
	Centro Sul	1010	94.13	60	5.59	3	0.28	0	0.00
	Metrop. de Curitiba	378	94.50	22	5.50	0	0.00	0	0.00
	Norte Central	551	93.39	38	6.44	1	0.17	0	0.00
	Norte Pioneiro	329	87.04	49	12.96	0	0.00	0	0.00
	Noroeste	276	91.69	24	7.97	1	0.33	0	0.00
	Oeste	587	89.62	68	10.38	0	0.00	0	0.00
	Sudeste	487	92.06	42	7.94	0	0.00	0	0.00
	Sudoeste	866	91.25	82	8.64	1	0.11	0	0.00
<b>15 a 17 anos</b>	Centro Ocidental	145	42.15	169	49.13	30	8.72	0	0.00
	Centro Oriental	94	44.55	104	49.29	13	6.16	0	0.00
	Centro Sul	533	49.49	508	47.17	36	3.34	0	0.00
	Metrop. de Curitiba	323	56.67	220	38.60	27	4.74	0	0.00
	Norte Central	352	40.41	466	53.50	51	5.86	2	0.23
	Norte Pioneiro	250	41.88	313	52.43	34	5.70	0	0.00
	Noroeste	272	45.48	313	52.34	13	2.17	0	0.00
	Oeste	257	31.61	497	61.13	59	7.26	0	0.00
	Sudeste	288	37.99	414	54.62	56	7.39	0	0.00

---

Sudoeste	223	24.51	622	68.35	65	7.14	0	0.00
----------	-----	-------	-----	-------	----	------	---	------

---

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010 (Resultados da Pesquisa).

Nota: (SI ou FI): Sem Instrução ou Fundamental Incompleto; (FC ou MI): Fundamental Completo ou Médio Incompleto; (MC ou Sup I): Médio Completo ou Superior Incompleto e (Sup C): Superior Completo.

Entre as crianças de 10 a 14 anos, vale destacar que a categoria “sem instrução ou fundamental incompleto” deixa claro que estas crianças ainda não terminaram o ensino fundamental. Embora se saiba que os alunos pertencentes a esta faixa etária podem ainda estar cursando o ensino fundamental de acordo com a idade escolar<sup>1</sup>, seria de se esperar que um percentual considerável de crianças já tivesse completado o ensino fundamental. Desta forma, ao analisar o percentual de crianças que possuem o ensino fundamental completo ou o ensino médio incompleto, observam-se baixos percentuais de crianças nesta categoria, demonstrando que existe uma distorção idade-série entre as crianças que moram no setor agrícola, sugerindo que há um atraso no desempenho escolar entre as crianças.

Analisando o nível de instrução das crianças de 10 a 14 anos de acordo com as mesorregiões, verifica-se que em todas existem elevados percentuais de crianças que não possuem instrução ou estão cursando o ensino fundamental incompleto. No entanto, os maiores percentuais estão na mesorregião Metropolitana de Curitiba (94,50%), Centro Sul (94,13%), Centro Ocidental (93,47%). Entre as crianças que possuem o ensino fundamental completo ou o ensino médio incompleto, observam-se baixos percentuais em todas as mesorregiões paranaenses, que chegam a apenas 12,96% no Norte Pioneiro, 10,38% no Oeste e 8,74% no Centro Oriental. Os resultados demonstram que na maioria das mesorregiões a grande maioria das crianças ainda não terminou o ensino fundamental, o que pode ser considerado preocupante e nos leva a acreditar que existe uma distorção idade-série entre as crianças que trabalham no campo, mesmo não sendo possível diferenciar o percentual de crianças que possam estar fora da escola.

Ao analisar a escolaridade entre os adolescentes de 15 a 17 anos que trabalham na agricultura, observa-se que embora a maioria desses indivíduos já devesse ter concluído o ensino fundamental ou estar cursando o ensino médio incompleto, verificou-se que elevados percentuais ainda estão cursando o ensino fundamental incompleto ou talvez nem estejam estudando. Embora seja esperado que a maioria dos adolescentes pertencentes à faixa etária em questão ainda estejam cursando o ensino médio de acordo com a idade escolar, seria de se

---

<sup>1</sup> Idade Escolar é o período em que as crianças e adolescentes freqüentam os ambientes escolares de acordo com a Secretaria da Educação Básica (SEB/MEC). O Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) corresponde ao período de 06 a 14 anos de idade e o Ensino Médio (1º ao 3º ano) ao período de 15 a 17 anos (PORTAL MEC, 2012).

esperar que um percentual considerável de adolescentes já tivesse completado o ensino médio. Desta forma, ao analisar o percentual de adolescentes que possuem o ensino médio completo, observa-se baixos percentuais de adolescentes nesta categoria, confirmando a distorção idade-série e um maior atraso no desempenho escolar entre os adolescentes que trabalham no setor agrícola.

Analisando o nível de instrução dos adolescentes de 15 a 17 anos de acordo com as mesorregiões, verifica-se que em todas existem elevados percentuais de adolescentes que não possuem instrução ou estão apenas cursando o ensino fundamental incompleto, sendo que os maiores percentuais estão na mesorregião Metropolitana de Curitiba (56,67%) e no Centro Sul (49,49%). Por outro lado, observamos que os percentuais de adolescentes que declararam possuir o ensino fundamental completo ou médio incompleto foram superiores na maioria das mesorregiões, exceto na Metropolitana de Curitiba em que apenas 38,60% dos adolescentes possuem o ensino fundamental completo ou estão cursando o ensino médio incompleto e no Centro Sul, em que este percentual é de apenas 47,17%, demonstrando que existe um maior atraso no desempenho escolar entre os adolescentes que trabalham no ramo de atividade agrícola, principalmente nestas duas mesorregiões. Tais resultados demonstram um menor nível de escolaridade e possível evasão escolar principalmente entre os adolescentes, que pode estar ligada a dificuldade de acesso a escola e a carga horária de trabalho, considerando que a maioria reside e trabalha no setor rural.

Schwartzman (2004) em seu estudo afirma que o trabalho infantojuvenil possui um efeito negativo no desenvolvimento educacional da criança e do adolescente, que varia conforme a idade, tipo e duração do trabalho, podendo afetar ou não sua presença e aproveitamento na escola. O autor ainda destaca os três indicadores mais observáveis do desempenho escolar que são o analfabetismo, frequência escolar e a defasagem idade-série, sendo esta última uma característica bastante generalizada da educação brasileira, que apresenta um dos piores índices de repetência escolar do mundo.

Lopes, Souza e Pontili (2008) também constata em seu estudo que o trabalho precoce afeta negativamente o nível de escolaridade e conseqüentemente os rendimentos futuros das crianças e adolescentes paranaenses que são inseridas no mercado de trabalho. Segundo as autoras, quanto mais cedo um indivíduo é inserido numa atividade laboral, menos anos de estudo ele possui, considerando que a maioria abandona a escola ou a freqüentam irregularmente. O baixo nível de educação prejudica o desenvolvimento futuro do indivíduo,

resultando em limitada oportunidade de emprego quando atingir a vida adulta, resultando em baixo desenvolvimento regional e até mesmo do país.

De acordo com o IPARDES (2007), é relativamente mais alta a evasão escolar entre os adolescentes quando comparado ao grupo infantil, o que pode estar associado a uma maior jornada de trabalho e ao exercício de atividades que limitam a disposição física e mental para a continuidade do uso do tempo pessoal, reforçado pela falta de atratividade das escolas. Segundo o Instituto, nos municípios das regiões mais agrícolas do Estado como o Norte, Oeste e Sudoeste a proporção de crianças que trabalham e não estudam é bem baixa. Já nas regiões Metropolitana de Curitiba, Litoral e Centro Sul, as proporções superam a média estadual. Para os adolescentes as proporções daqueles que trabalham e não estudam superam os 40% em sete microrregiões do Noroeste e Centro Ocidental.

Segundo Kassouf e Ferro (2004b) aproximadamente 85% das crianças que trabalham na agricultura residem no meio rural, demonstrando que a maioria delas possivelmente enfrenta problemas de acesso e qualidade das escolas no meio rural.

Segundo informação do Todos pela Educação (2012) de acordo com os dados da PNAD 2009 do IBGE, cerca de um terço dos alunos que deveriam estar no Ensino Médio ainda estão no Ensino Fundamental. De acordo com os dados, aproximadamente 50,09% dos adolescentes de 15 a 17 anos estão no ensino médio, etapa apropriada para a faixa etária em questão. Entretanto, 31,9% ainda não concluíram o ensino fundamental, 14,8% estão fora da escola e apenas 0,7% concluíram o ensino médio.

Na Tabela 2, ao analisar os percentuais de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola segundo a quantidade de horas trabalhadas, observa-se que tanto para as crianças quanto para os adolescentes a maioria trabalha em atividades do setor agrícola acima de 12 horas semanais, sendo que os maiores percentuais encontram-se entre os adolescentes, embora as crianças também possuam percentuais bastante elevados.

Ao analisar a quantidade de horas semanais trabalhadas entre as crianças de 10 a 14 anos, trabalhadoras do setor agrícola, de acordo com as mesorregiões paranaenses, verifica-se que em todas as mesorregiões a maioria trabalha acima de 12 horas semanalmente. Na mesorregião Oeste os percentuais de crianças com uma carga horária semanal de trabalho acima de 12 horas chegam a 71,91%. Na mesorregião Sudoeste e no Norte Pioneiro estes percentuais correspondem a 69,76% e 69,05%, respectivamente.

Quando analisado a quantidade de horas semanais trabalhadas entre os adolescentes de 15 a 17 anos de acordo com as mesorregiões, também se observa elevados percentuais de

indivíduos trabalhando no setor agrícola acima de 12 horas semanais em todas as mesorregiões, com percentuais que chegam a 91,81% na mesorregião Noroeste, a 89,61% no Norte Pioneiro e no Sudeste 87,47% dos adolescentes trabalhadores do setor agrícola trabalham acima de 12 horas semanais.

**Tabela 2:** População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola, segundo a mesorregião e as horas trabalhadas.

Idade	Mesorregião	Horas trabalhadas							
		> 0 a 4		> 4 a 8		> 8 a 12		> 12	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>10 a 14 anos</b>	Centro Ocidental	27	11.02	38	15.51	28	11.43	152	62.04
	Centro Oriental	28	15.30	19	10.38	24	13.11	112	61.20
	Centro Sul	67	6.24	95	8.85	166	15.47	745	69.43
	Metrop. de Curitiba	67	16.75	39	9.75	58	14.50	236	59.00
	Norte Central	57	9.66	71	12.03	86	14.58	376	63.73
	Norte Pioneiro	34	8.99	47	12.43	36	9.52	261	69.05
	Noroeste	24	7.97	52	17.28	24	7.97	201	66.78
	Oeste	61	9.31	52	7.94	71	10.84	471	71.91
	Sudeste	60	11.34	48	9.07	80	15.12	341	64.46
	Sudoeste	84	8.85	81	8.54	122	12.86	662	69.76
<b>15 a 17 anos</b>	Centro Ocidental	10	2.91	26	7.56	16	4.65	292	84.88
	Centro Oriental	19	9.00	13	6.16	20	9.48	159	75.36
	Centro Sul	35	3.25	69	6.41	94	8.73	879	81.62
	Metrop. de Curitiba	33	5.79	21	3.68	41	7.19	475	83.33
	Norte Central	32	3.67	35	4.02	44	5.05	760	87.26
	Norte Pioneiro	15	2.51	25	4.19	22	3.69	535	89.61
	Noroeste	7	1.17	24	4.01	18	3.01	549	91.81
	Oeste	25	3.08	37	4.55	47	5.78	704	86.59
	Sudeste	26	3.43	34	4.49	35	4.62	663	87.47
	Sudoeste	24	2.64	49	5.38	63	6.92	774	85.05

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010 (Resultados da Pesquisa).

Os resultados demonstram que tanto as crianças quanto os adolescentes que trabalham em atividades do setor agrícola possuem uma carga horária semanal acima de 12 horas e precisam conciliar o tempo de trabalho com outras atividades, como por exemplo, os estudos o lazer e o próprio descanso. Os elevados percentuais de crianças e adolescentes trabalhando acima de 12 horas semanais pode ser considerado um indicador de que o trabalho infantojuvenil pode interferir no desempenho escolar, considerando que quanto maior a carga horária de trabalho, menor será o aproveitamento escolar entre esses trabalhadores.

De acordo com Schwartzman (2004), existe uma grande variação na quantidade de horas trabalhadas por crianças e adolescentes que pode estar relacionada tanto a idade quanto ao tipo de atividade realizada. Ao redor dos 10 anos a média de horas semanais começa

próxima de 17 horas ou menos de meia jornada de trabalho, evoluindo até aproximadamente 36 horas semanais ou pouco mais de sete horas diárias para os indivíduos de 17 anos. De um modo geral, o trabalho não remunerado, seja ele domiciliar ou não, fica por volta de 24 horas semanais e o trabalho no campo tende a ser menos absorvente do tempo do que o trabalho nas cidades.

Segundo Ferro (2003) além de o trabalho infantil ser prejudicial porque limita o tempo disponível para outras atividades, as crianças também sofrem com o trabalho que muitas vezes pode ser perigoso. Segundo a autora há um consenso na literatura que as crianças e adolescentes que trabalham têm um rendimento escolar menor e atingirá um nível de escolaridade mais baixo quando comparada aquelas que não trabalham. Como consequência, quando adultos terão salários menores do que os indivíduos que começaram a trabalhar mais tarde.

De acordo com estudo do IPARDES (2007) as crianças que trabalham no setor agrossilvopastoril trabalham um menor número de horas semanais e freqüentam mais a escola, enquanto que os adolescentes trabalham mais intensivamente, considerando que mais de 60% deles encontram-se ocupados acima de 30 ou 40 horas semanais, o que deve contribuir para explicar sua reduzida freqüência à escola.

Kassouf e Ferro (2004a) em seu estudo, identificaram que os indivíduos entre 5 e 15 anos que trabalham no ramo de atividade agrícola trabalham menos horas semanais quando comparadas às que trabalham em outros ramos de atividade. As autoras constataram que mais de 60% das crianças que trabalham no ramo de atividade agrícola trabalham até 20 horas semanais e 6% trabalham mais de 40 horas por semana. Quando comparada a média de horas semanais trabalhadas, a menor média foi no ramo agrícola (21 horas) e a maior na construção civil (30,5 horas).

Na Tabela 3 ao analisar os percentuais de crianças e adolescentes trabalhando no ramo de atividade agrícola segundo a renda mensal recebida, observa-se que a grande maioria dos trabalhadores infanto-juvenis do setor agrícola trabalha sem remuneração salarial, sendo que os maiores percentuais estão entre as crianças, quando comparada aos adolescentes.

Quando se verifica os percentuais de crianças de 10 a 14 anos trabalhando na agricultura conforme a renda recebida, observa-se que a grande maioria destas, executa suas atividades sem receber salário. Este resultado foi observado em todas as mesorregiões analisadas, com destaque para a mesorregião Centro Oriental, onde 82,51% das crianças trabalham sem receber absolutamente nada, seguido pelo Centro Sul, com 77,07% e Centro

Ocidental, com 74,69%, dessas crianças.

Entre os adolescentes com idade de 15 a 17 anos, os percentuais de indivíduos trabalhando na agricultura sem rendimento é absoluto em praticamente todas as mesorregiões, com destaque para a mesorregião Centro Sul, em que 58,68% dos adolescentes estão desempenhando suas atividades sem obter renda. Também percebeu-se que há enormes contingentes de adolescentes trabalhando em troca de até 1 salário mínimo por mês. Embora os percentuais de adolescentes trabalhando sem remuneração salarial sejam menores que os percentuais apresentados pelas crianças, esses percentuais ainda permanecem bastante elevados e são maiores quando comparados aos adolescentes que recebem salários. Quando remunerados a maior parte dos adolescentes recebe apenas de ½ a 1 salário mínimo por mês.

**Tabela 3:** População de crianças e adolescentes que trabalham no setor agrícola, segundo a mesorregião e a renda mensal.

Idade	Mesorregião	Faixa Salarial (Salário Mínimo)											
		Sem renda		> 0 a 1/4		> 1/4 a 1/2		> 1/2 a 1		> 1 a 2		> 2	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>10 a 14 anos</b>	Centro Ocidental	183	74,69	21	8,57	15	6,12	19	7,76	5	2,04	2	0,82
	Centro Oriental	151	82,51	5	2,73	8	4,37	14	7,65	5	2,73	0	0,00
	Centro Sul	827	77,07	75	6,99	72	6,71	63	5,87	26	2,42	10	0,93
	Metrop. de Curitiba	270	67,50	43	10,75	29	7,25	41	10,25	14	3,50	3	0,75
	Norte Central	383	64,92	50	8,47	67	11,36	66	11,19	18	3,05	6	1,02
	Norte Pioneiro	207	54,76	48	12,70	46	12,17	61	16,14	12	3,17	4	1,06
	Noroeste	184	61,13	28	9,30	26	8,64	40	13,29	18	5,98	5	1,66
	Oeste	471	71,91	40	6,11	30	4,58	57	8,70	38	5,80	19	2,90
	Sudeste	365	69,00	55	10,40	32	6,05	59	11,15	12	2,27	6	1,13
Sudoeste	622	65,54	74	7,80	77	8,11	91	9,59	60	6,32	25	2,63	
<b>15 a 17 anos</b>	Centro Ocidental	140	40,70	35	10,17	63	18,31	76	22,09	24	6,98	6	1,74
	Centro Oriental	103	48,82	7	3,32	22	10,43	58	27,49	20	9,48	1	0,47
	Centro Sul	632	58,68	93	8,64	125	11,61	158	14,67	58	5,39	11	1,02
	Metrop. de Curitiba	226	39,65	57	10,00	71	12,46	149	26,14	58	10,18	9	1,58
	Norte Central	291	33,41	75	8,61	137	15,73	239	27,44	112	12,86	17	1,95
	Norte Pioneiro	157	26,30	66	11,06	126	21,11	189	31,66	55	9,21	4	0,67
	Noroeste	143	23,91	39	6,52	102	17,06	197	32,94	106	17,73	11	1,84
	Oeste	341	41,94	211	25,95	107	13,16	81	9,96	50	6,15	23	2,83
	Sudeste	328	43,27	84	11,08	122	16,09	153	20,18	50	6,60	21	2,77
Sudoeste	455	50,00	150	16,48	117	12,86	70	7,69	70	7,69	48	5,27	

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010 (Resultados da Pesquisa).

De acordo com Lopes, Souza e Pontili (2008), o trabalho infantil afeta o nível de educação de um indivíduo, o que pode trazer consequências também para a renda do trabalhador, ou seja, quanto menor o nível de escolaridade de um indivíduo, menor nível de renda ele terá. Isto porque, a idade em que as pessoas começaram a trabalhar impactam sua

renda e escolaridade, ou seja, a idade afeta de forma direta o rendimento dos indivíduos. Assim, aqueles que ingressam no mercado de trabalho após os 15 anos, recebem melhores salários quando comparados aos que começaram a trabalhar mais cedo, tanto na área urbana quanto na rural. As autoras constataram também que o setor agrícola é o ramo em que os trabalhadores infantis recebem o menor nível de renda quando comparado com outros ramos de atividade, todos os outros remuneram melhor.

Segundo Kassouf e Ferro (2004b) a maioria das crianças que trabalham no ramo agrícola trabalha sem remuneração. Quando remuneradas, recebem menos do que o salário mínimo instituído por lei. Em seu estudo, mais de 95% das crianças que trabalham nas culturas de soja, mandioca e arroz, na criação de aves e na silvicultura não possuem rendimento. As culturas da cana-de-açúcar, a extração de carvão e a agropecuária eram as atividades com maior porcentagem de crianças recebendo pelo seu trabalho, demonstrando o perigo a que estes indivíduos estão sujeitos ao realizar trabalhos considerados perigosos e sem a supervisão de seus familiares.

Nota-se que as leis em relação ao trabalho infantil não estão sendo cumpridas, pois, ainda se verifica elevados percentuais de crianças e adolescentes trabalhando, e na maioria das vezes sem uma remuneração e fiscalização adequada, além dos perigos a que estão sujeitos, sem falar que o trabalho realizado por menores de 16 anos é proibido, exceto como aprendiz a partir dos 14 anos, demonstrando que pode haver uma falha de fiscalização com relação ao trabalho de crianças e adolescentes, principalmente, no setor agrícola.

Um estudo desenvolvido pelo IPARDES (2007) demonstrou que a maioria das crianças paranaenses que trabalha no setor agrossilvopastoril não recebe salário, a contribuição para a renda familiar é basicamente não-monetária, no qual seu trabalho é convertido em produto, trabalhando para próprio consumo. Para os adolescentes, as condições de trabalho diferenciam-se um pouco, pois correspondem a uma proporção bem mais elevada, trabalham um número de horas bastante superior, estão incluídos em maior proporção em atividades monetarizadas da economia, recebem maiores rendimentos e se encontram em maior número fora da escola. Segundo o Instituto, em seu estudo, 68,2% das crianças encontram-se trabalhando dentro de sua unidade familiar sem remuneração, para os adolescentes, esse percentual é bem menor (45,6%), com importante contingente na condição de empregado, trabalhando em outras propriedades, condição necessária para a complementação da renda familiar.

Além disso, o IPARDES (2007) destacou que a maioria das crianças ocupadas com o trabalho infantojuvenil pertence a famílias pobres. Das crianças ocupadas com idade de 10 a 13 anos, quase 70% pertencem a famílias cuja renda mensal familiar per capita é de até 01 salário mínimo, sendo que 42% provêm de famílias em situação de extrema pobreza, com renda per capita de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. A contribuição do rendimento das crianças e adolescentes que trabalham significa um expressivo reforço ao orçamento familiar, ainda que esta contribuição não se dê de forma monetária, tal como predomina no setor agrossilvopastoril.

Segundo Kassouf e Ferro (2004b) afirmam que embora ganhem pouco, a contribuição do rendimento dos trabalhadores infantis para a renda familiar é alta, sendo que a maior dela ocorre no ramo agrícola, quando comparado aos outros ramos. Segundo Kassouf (2002) a contribuição dos rendimentos da criança para a renda familiar tem considerável importância, principalmente nas famílias pobres em que a renda per capita é muito baixa. Segundo a autora, dados de 1999 mostram que em 46% das famílias rurais a contribuição das crianças para a renda familiar era de mais de 20% e em quase 17% das famílias ultrapassava os 40%.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por finalidade analisar o trabalho infantojuvenil no ramo de atividade agrícola no Estado do Paraná, considerando o perfil dos trabalhadores de acordo com as mesorregiões paranaenses a partir de dados do Censo Demográfico 2010, disponibilizado pelo IBGE. Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma análise estatística das características socioeconômicas destes trabalhadores, levando em consideração as seguintes variáveis: idade, sexo, área de residência, escolaridade, formalidade do trabalho, horas trabalhadas e renda mensal. Foi definido então o perfil socioeconômico dos trabalhadores infanto-juvenis do Estado, em específico daqueles que trabalham no ramo de atividade agrícola, de acordo com as mesorregiões geográficas.

Quando se considera o trabalho de crianças e adolescentes no ramo agrícola, principais os resultados mostraram que para todas as mesorregiões os maiores percentuais de crianças de 10 a 14 anos e adolescentes de 15 a 17 anos trabalhando no setor agrícola são de indivíduos do sexo masculino, residentes da área rural, residindo, em sua grande maioria em mesorregiões como o Sudeste, Centro Sul e Sudoeste. Quando analisado o nível de escolaridade, os resultados mostraram elevados percentuais de crianças sem instrução ou cursando o ensino fundamental incompleto. Entre os adolescentes, embora a maioria já tenha o ensino fundamental completo e/ou esteja cursando o ensino médio incompleto, verificou-se elevados percentuais de adolescentes que ainda não terminaram o ensino fundamental ou talvez nem estejam estudando. Os baixos percentuais de crianças com o ensino fundamental completo e de adolescentes com o ensino médio completo sugerem uma distorção idade-série entre esses indivíduos, demonstrando que há um atraso no desempenho escolar entre as crianças e adolescentes que moram e trabalham no campo. Os elevados percentuais de adolescentes sem instrução ou apenas com o ensino fundamental incompleto, principalmente na mesorregião Metropolitana de Curitiba e no Centro Sul confirmam que há uma maior evasão e atraso no desempenho escolar principalmente entre os adolescentes que trabalham no ramo de atividade agrícola.

Os resultados mostraram também que em todas as mesorregiões paranaenses, tanto para as crianças quanto para os adolescentes, a grande maioria está inserida no mercado de trabalho informal, trabalhando semanalmente 12 horas ou mais e sem remuneração salarial, principalmente nas mesorregiões do Centro Oriental, Centro Sul, Centro Ocidental e

Sudoeste. Embora os adolescentes sejam mais remunerados que as crianças, quando remunerados a maior parte recebe apenas de ½ a 1 salário mínimo por mês.

De acordo com os resultados obtidos neste estudo, pode-se concluir que o trabalho infantojuvenil está fortemente relacionado às condições socioeconômicas a que as crianças e adolescentes estão sujeitos, ou seja, a visibilidade do problema do trabalho infantil, traduzido em números, contribui de certa forma para compreender a dimensão que este vem assumindo no Estado do Paraná, em específico, nas mesorregiões paranaenses. Sugerimos a importância da realização de mais estudos em relação ao assunto, uma vez que conhecer o perfil socioeconômico e as condições a que as crianças e adolescentes que realizam trabalho infantojuvenil estão sujeitas, podem fornecer informações essenciais para os programas e ações que visem ao monitoramento e redução do trabalho infantojuvenil no ramo de atividade agrícola.

Vale ressaltar que quando uma família coloca suas crianças para trabalhar no período atual como solução para amenizar as dificuldades financeiras, futuramente leva ao comprometimento do seu desenvolvimento educacional e profissional. Isto porque, na fase adulta, essas crianças serão pouco escolarizadas, o que as obrigará a se inserir em atividades de baixa remuneração. Assim, o círculo vicioso da pobreza se instala, porque, para complementar uma renda baixa, estes adultos também acabarão por inserir seus filhos no trabalho. A segunda geração poderá fazer o mesmo com seus filhos e, assim, sucessivamente. Perpetua-se, deste modo, um ciclo de exploração e pobreza que pode atingir diversas gerações. Se diversas famílias enfrentam essas condições, tem-se que o desenvolvimento econômico da nação no qual elas estão inseridas pode ser afetado e, por consequência, de seu Estado ou região.

Por fim, entende-se que a realidade do trabalho infantil implica, sobretudo, discutir a urgência de uma política econômica que redistribua a renda de maneira mais justa, promovendo as necessárias reformas estruturais e implantando programas específicos para as famílias que vivem em situação de extrema pobreza, além de se manter os programas de fiscalização para erradicar a prática do trabalho infantil. Entretanto, ainda é necessário a todos os brasileiros condições dignas de moradia, uma educação pública de qualidade e um sistema de saúde eficiente.

Para finalizar destaca-se que a hipótese desse estudo se confirmou, ou seja, no Estado do Paraná as estatísticas também evidenciam a distorção entre a idade e a série que o aluno deveria estar cursando, já apontada em diversos estudos. Para muitos pesquisadores,

brasileiros, este é um dos maiores problemas que pode se agravar pela repetência e o abandono da escola. Outro fato que a pesquisa evidenciou é no Paraná também existe a prática de exploração barata da mão-de-obra infantojuvenil. A grande maioria das crianças e adolescentes inserida no mercado de trabalho, paranaense, desempenha tarefas sem serem remunerados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.; LOPES, J. L. Quais as Características Sócio-Econômicas das Mulheres de Hoje, Residentes no Paraná, que Foram Inseridas Precocemente no Mercado de Trabalho: Uma análise da perpetuação da pobreza. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 06, 2011. Campo Mourão. **Anais...** Campo Mourão: NUPEM, 2011. p. 16.

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalhador infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. 135 p.

BRASIL. Lei 8069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)> Acesso em: 28 abr. 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004. 82 p.

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador**. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. 2. ed. Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. 95 p.

COTRIM, G. **História e consciência do mundo**. 5. ed. São Paulo-SP: Saraiva, 1997. 448 p.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FERRO, A. R. **Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil**. Piracicaba, 2003, 106 p. Dissertação (Mestrado)-Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo (USP).

GONÇALVES, R. O trabalho infantil e a agenda social. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n°7, Jun. 1997. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev709.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev709.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2012.

IANNONE, R. A. **A revolução industrial**. 10. ed. São Paulo: Moderna, 1992. (Coleção polêmica) 71 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico, 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses: Sumário executivo**. Curitiba, 2004. 34 p. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/webis.docs/leituras\\_reg\\_sumario\\_executivo.pdf](http://www.ipardes.gov.br/webis.docs/leituras_reg_sumario_executivo.pdf)>. Acesso em 16 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **Mapa do Trabalho Infantojuvenil no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2007. 70 p. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Mapa\\_trabalho\\_infanto\\_juvenil\\_pr.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Mapa_trabalho_infanto_juvenil_pr.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2012.

KASSOUF, A. L. **Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil**. Brasília: Ministério da justiça, 2002. 117 p.

\_\_\_\_\_. **O efeito do trabalho infantil para os rendimentos e a saúde dos adultos**. 2000. 14 p. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/sbe2000.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova Economia**, vol. 17, nº. 2, Belo Horizonte, maio/ago. 2007. 24 p.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Infantil: causas e consequências**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2006. 38 p. Disponível em: <<http://www.esalq.usp.br/departamentos/les/publicacao>>. Acesso em: 26 maio 2012.

KASSOUF, A. L.; ALMEIDA, A. N.; BEZERRA, M. E. G. **O trabalho de crianças e adolescentes no Nordeste do Brasil**. Brasília: OIT, 2004. 87 p.

KASSOUF, A. L. *et al.* **Análise das políticas e programas sociais no Brasil**. Brasília: OIT / Programa IPEC América do Sul, 2004a. 108 p.

\_\_\_\_\_. **O Brasil e o trabalho infantil no início do século 21**. Brasília: OIT, 2004b. 120 p.

KASSOUF, A. L.; FERRO, A. R. **O trabalho infantil no ramo agrícola: uma análise a partir do suplemento especial da PNAD 2001.** 2004a. 20 p. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06O363.pdf>>. Acesso em: 28 de maio 2012.

\_\_\_\_\_. **O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro.** Brasília: OIT, 2004b. 92 P.

KASSOUF, A. L.; SANTOS, M. J. Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o “paradoxo da riqueza”. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 3, 2010. 15 p.

KASSOUF, A. L.; PONTILI, R. M. **Legislação, trabalho e escolaridade dos adolescentes no Brasil.** Brasília: OIT, 2004. 84 p. (série: Legado em transformação).

KASSOUF, A. L.; VASCONCELLOS, L. M. de. **Perfil do trabalho infantil no Brasil, por regiões e ramos de atividade.** Brasília: OIT, 2004. 92 P.

LIMA, C. G. C. O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: aspectos da saúde física e mental, cultural e econômico. In: **Trabalho Precoce, Saúde e Desenvolvimento Mental.** Ribeirão Preto-SP, 2002. p. 6-10. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/trab\\_infantil/pub\\_541.pdf](http://www.mte.gov.br/trab_infantil/pub_541.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2012.

LOPES, J. L.; PONTILI, R. M. **Inserção precoce no mercado de trabalho e baixo nível de escolaridade como condicionante do nível de renda no futuro: Análise e aplicações de um modelo probit para o Nordeste brasileiro.** 2010. 25p. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2010/docs/insercao.pdf>> Acesso em: 10 de maio 2012.

LOPES, J. L.; SOUZA, E. L. C.; PONTILI, R. M. **Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná.** In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI, 06, 2008, Marília. **Anais...** Marília: VI SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI, 2008. p.15.

MARTINS, G. de A.; DONAIRE, D. **Princípios de estatística.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **O Trabalho Infantil no Brasil: Situação Atual e suas Perspectivas de Eliminação.** 2003. 4 p. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/revista3-mat5.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

MTE/SIT/DSST - Ministério do Trabalho e Emprego / Secretaria de Inspeção do Trabalho / Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho. **Nota técnica à portaria N° 06 DE**

**18/02/2000**, 18-36 p. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/trab\\_infantil/pub\\_541.pdf](http://www.mte.gov.br/trab_infantil/pub_541.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2012.

NICOLELLA, A. C. **Um olhar econômico sobre a saúde e o trabalho infantil no Brasil**. 2006. 166 p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz. Piracicaba, 2006.

OLIVEIRA, E. D. **Trabalho Infantil: causas, consequências e políticas sociais**. Brasília, 2004. 20 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os direitos da criança, de 20 de novembro de 1989**. Disponível em: <[http://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em 16 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Atuação do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) no Brasil. In: **Boas Práticas de combate ao trabalho infantil: 10 anos do IPEC no Brasil**. Brasília: OIT, 2003a. p. 33-66.

\_\_\_\_\_. Trabalho Infantil e Educação. In: **Boas Práticas de combate ao trabalho infantil: 10 anos do IPEC no Brasil**. Brasília: OIT, 2003b. p. 133-160.

\_\_\_\_\_. **Combatendo o trabalho infantil: Guia para educadores / IPEC**. – Brasília: OIT, 2001.

\_\_\_\_\_. **O fim do trabalho infantil no Brasil: um objetivo ao nosso alcance**. Brasília: OIT, 2006. 136 p.

\_\_\_\_\_. **Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)**. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/sites/all/ipecc/gloss.php>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

PARANÁ. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL. **Metas de Governo 2011-2014**. 256p. SEPL, 2011. Disponível em: <[http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20planodegoverno\\_web.pdf](http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20planodegoverno_web.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2012.

PERES, A.; BENEDICTO, N. **A caminho da escola: 10 anos de luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2003. p.116.

PONTILI, R. M., SOUZA, E. L. da C., ESTANISLAU, P. O trabalho infantil de Campo Mourão e sua relação com a renda familiar per capita. In: PONTILI, Rosângela Maria; COLAVITE, Ana Paula. Org. **Estudos Regionais: Enfoques Socioeconômico, Ambiental, Educacional e da Paisagem**. Campo Mourão: Fecilcam, 2009. p. 289-335.

PORTAL MEC. Ensino fundamental de nove anos: perguntas mais frequentes e respostas da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9\\_perfreq.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9_perfreq.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2012.

SATYARTHI, K. Entrevista concedida à repórter Lia Vasconcelos. Desafios ao Desenvolvimento. **Revista mensal de informações e debates do IPEA e do PNUD**, ed. 26, dez. 2006. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/26/artigo29574-3.php>>. Acesso em: 10 maio 2012.

SCHWARTZMAN, S. **Tendência do trabalho infantil no Brasil entre 1992 e 2002**. Brasília: OIT, 2004. 128 p.

SCHWARTZMAN, S. **Trabalho infantil no Brasil**. Brasília: OIT, 2001. 16 p.

SILVA, E. M., SILVA, E. M., GONÇALVES, W. **Estatística para os Cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis**. 3. ed. São Paulo, Atlas, 1999.

SILVA, F. C. Lopes da. **O trabalho infantojuvenil na sociedade capitalista**. 1999. Disponível em: <[http://www.educaremrevista.ufpr.br/numero\\_15.htm](http://www.educaremrevista.ufpr.br/numero_15.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2012.

SOUZA, E. L. C. **A Relação entre Inserção na Informalidade e Trabalho Infantil no Mercado de Trabalho Paranaense**: Toledo-PR, 2011, 131 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ UNIOESTE. Campus Toledo, 2011.

SOUZA, E. L. C. **Caracterização socioeconômica e diferencial de renda para os trabalhadores formais do setor de serviços do Paraná**: Análise de suas mesorregiões nos anos 2006 a 2009. 78 p. Monografia (graduação) – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, 2010.

SOUZA, I. A; MAYBUK, S. L. Condições climáticas e a evolução da cultura de cana-de-açúcar na região centro-ocidental paranaense, de 1990 a 2006 e o contexto socioeconômico.

In: PONTILI, Rosângela Maria; COLAVITE, Ana Paula. Org. **Estudos Regionais: Enfoques Socioeconômico, Ambiental, Educacional e da Paisagem**. Campo Mourão: Fecilcam, 2009. p. 228-264.

**TODOS PELA EDUCAÇÃO. Um terço dos alunos que deveriam estar no ensino médio estão no fundamental:** aumentar frequência escolar entre os 15 e 17 anos é desafio para os gestores. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/21786/um-terco-dos-alunos-que-deviam-estar-no-ensino-medio-estao-no-fundamental/>>. Acesso em: 06 out. 2012.

TUTTLE, C. **Hard at work in factories and mines: The economics of child labor during the British Industrial Revolution**. Oxford: Westview Press, 1999. Disponível em: <<http://eh.net/encyclopedia/article.tuttle.labor.cild.britain>>. Acesso em 29 mar. 2012.